N/67

PALAVRAS QUE O
SR. MINISTRO DAS COLÓNIAS

PROFERIU NA EMISSORA NACIONAL A PROPÓSITO DA SEMANA DAS COLÓNIAS

Estas breves palavras que dirijo aos habitantes do Império, na convicção de que possam ser ouvidas lá nos longínquos recantos da terra portuguesa, querem apenas levar a todos a afirmação, a certeza inabalável de que o Estado Novo aspira a manter e estreitar com todos os povos das colónias os laços de influência moral, de solidariedade económica e de unidade política que os unem à Metrópole. Vencendo as distâncias que os mares interpuzeram, quebrando as muralhas de isolamento que outrora puderam erguer-se à volta de cada uma das colónias, estas estão hoje mais do que nunca perto do coração da Pátria. Nenhuns ódios de raça ou de religião nos separam, nenhum antagonismo de ideais políticos nos afasta, nenhum sentimento de opressão nos confrange. Podemos por isso, nas horas de triunfo ou nas de desgraça, nos dias de festa ou nos dias de luto, comungar nas mesmas alegrias, partilhar das mesmas tristezas e sentir todos os corações bater ao ritmo do mesmo patriotismo.

Isto que se passa nos domínios da sentimentalidade, constituindo característica tão dominante da colonização portuguesa, não deve ser menos intenso nas esferas do pensamento. Temos felizmente uma história que nos enche de justificado orgulho e direito nos dá a erguermo-nos altivamente em face das outras nações, possuímos uma literatura que conta alguns dos principais monumentos de tôdas as eras, não poucas vezes tem maravilhado o mundo a ciência portuguesa, designadamente a de navegar nos mares e no ar, a nossa arte tem manifestações fulgurantes por êsse país além e agora até a nossa política ganhou prestígio que

já ultrapassa as fronteiras e nos impõe ao respeito e consideração dos estranhos.

É necessario que tôdas estas manifestações do espírito português tenham a devida expansão no Ultramar. A comunhão de sentimentos, que já referi, tem de cimentar-se duradouramente com uma bem proporcionada comparticipação nas conquistas do espírito, com a generalização e enraizamento dos grandes ideais nacionais.

Por tôdas essas terras de África e do Oriente, como relíquias sagradas pela História, devem ser reconstruídos ou mantidos e preservados da ruína os monumentos, os padrões que em tanta parte são ainda o testemunho do domínio e da ocupação portuguesa. Outros devem devotamente levantar-se em todos os pontos onde seja possível marcar por essa forma indelével as passadas dos nossos pioneiros, os sacrifícios dos nossos heróis. Que jàmais outra Conferência no género da de Berlim possa vir dizer que por ali não passou o génio português. E simultâneamente o nativo, quando vir que tratamos com carinho essas pedras veneráveis, saberá melhor compreender a lição de história que elas encerram.

Revivendo as suas mais belas tradições, vá a mentalidade portuguesa buscar às colónias novos horizontes, soberbos motivos de inspiração. Temos, decerto, dado ùltimamente alguns passos nêsse sentido. Bom é o que se há feito, mas não basta. Além da literatura colonial para a Metrópole, é também necessário criar literatura metropolitana para as colónias. Mercê de várias e óbvias circunstâncias, umas derivadas da situação geográfica, outras de certas estipulações internacionais, a mentalidade da população colonial está sujeita às mais estranhas influências. Daí a necessidade, grande e inadiável, de o pensamento português marcar, entre tôdas essas influências, a sua primazia. Pelo livro, pelo jornal, pela rádiotelefonia, por todos os meios enfim, é indispensável que o pensamento português esteja dia a dia presente em tôdas as partes do Império, para contrapôr a certas correntes internacionalizadoras ou demolidoras que vão afluindo aos meios coloniais a demonstração e propaganda da obra colonial portuguesa e da capacidade, fôrça e prestígio ganhos pelo Estado Novo para a poder continuar, à altura das mais nobres tradições de antanho, com que demos exemplos ao mundo.

Sob êstes auspícios desejo abrir para as colónias o ano décimo da Revolução Nacional.

Eis também porque, neste dia memorável, venho aqui dirigir-vos as palavras que acabo de proferir, em prólogo dos discursos que vão seguir-se.

REVISTA DE CULTURA E PROPAGANDA
ARTE E LITERATURA COLONIAIS

O MUNDO PORTUGUÊS

DIRECTOR: AUGUSTO CUNHA

SUMÁRIO

Núm. 19 e 20 — Julho-Agosto de 1935 — Volume II

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS
RUA DA PRATA, 34 // LISBOA // TELEFONES 20651 - 20652

II

C RA
(In to)

	6 meses	12 meses
Continente e Ilhas adj	17$00	32$00
Colónias Portuguesas	23$00	45$00
Índia, Macau e Timor	25$00	50$00
Estrangeiro . . .	50$00	100$00

C

NÚMEROS ESPECIAIS

Desta tiragem, em papel Manchester Ledger e couché Chelsea, executaram-se 25 exemplares, numerados e rubricados pelo Director.

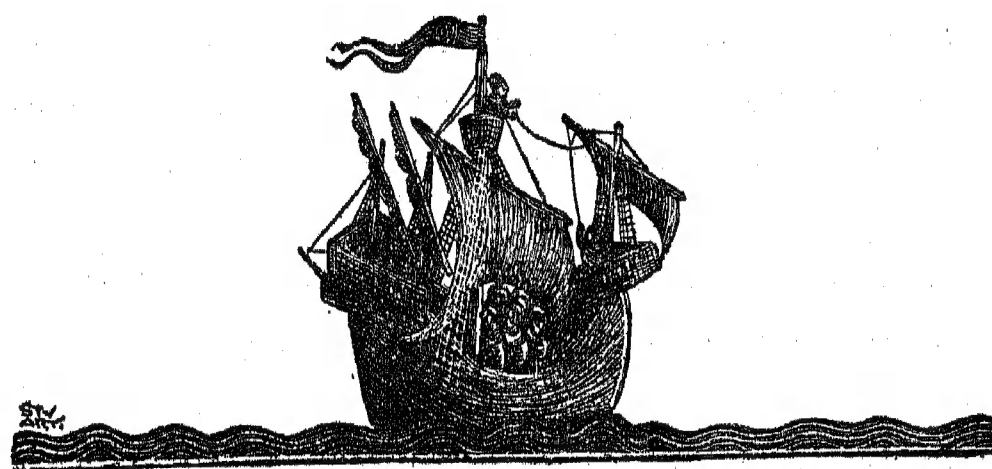
Comp. e Impr. - Sociedade Industrial de Tipografia Limitada - Rua Almirante Pessanha, 5 - ao Carmo
L I S B O A

ÍNDICE

DO PRIMEIRO SEMESTRE (ANO II)

Página

ÍNDICE DAS GRAVURAS

Doutor António de Oliveira Salazar — Presidente do Conselho
(Cliché San Payo)

1.º CRUZEIRO

DE FÉRIAS ÀS COLÓNIAS

Partir!... Navegar!... Tem sido êste o sonho de todos os portugueses, colocados pelo Destino no extremo da Europa, em face do Atlântico, para que o mar servisse de incitador à descoberta e à conquista de novos mundos. Vendo cair o sol na linha marítima do horizonte, os homens da costa ocidental criaram o desejo de seguir por sôbre as águas e desvendar os mistérios do Oceano. E assim um povo inteiro se lançou ao mar, encontrando ilhas, dobrando cabos, conquistando reinos, descobrindo continentes, criando um império, partilhando o Globo. Assim a facha litorânea da Península Ibérica se tornou a metrópole de imensos domínios espalhados por tôdas as latitudes. E a Terra foi pequena para a energia, o sonho e a ânsia duma raça!

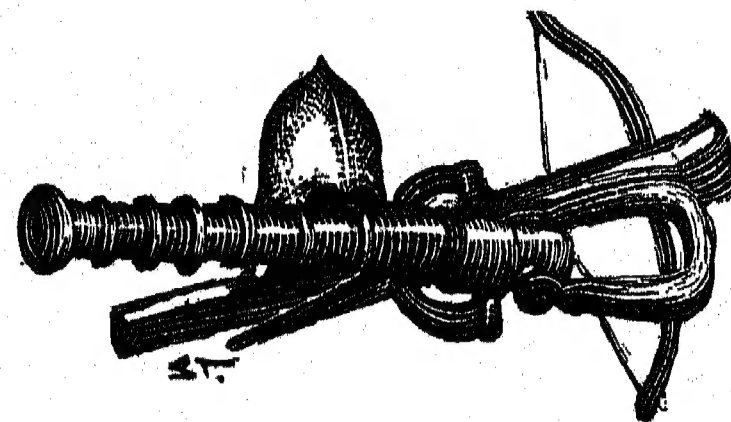
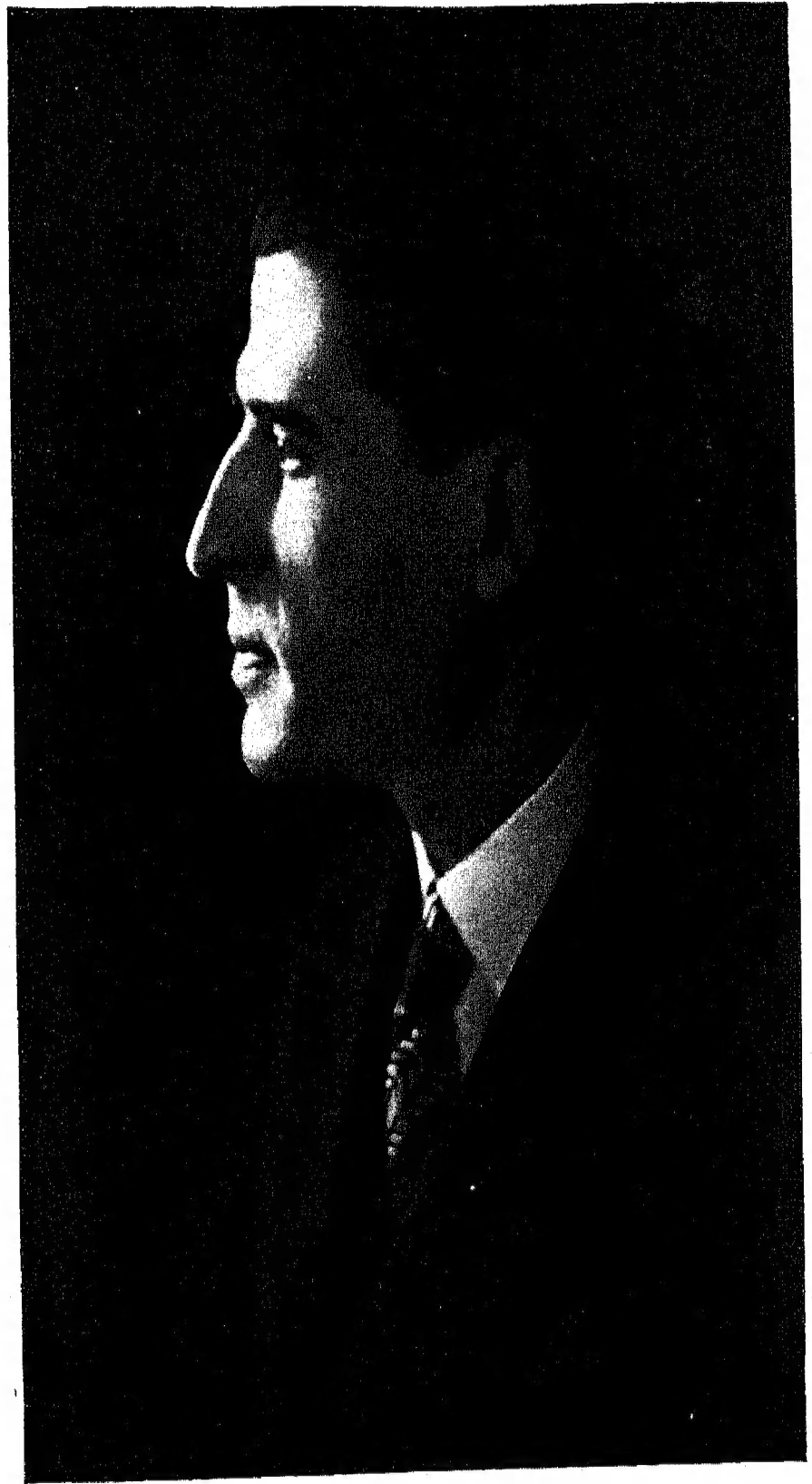
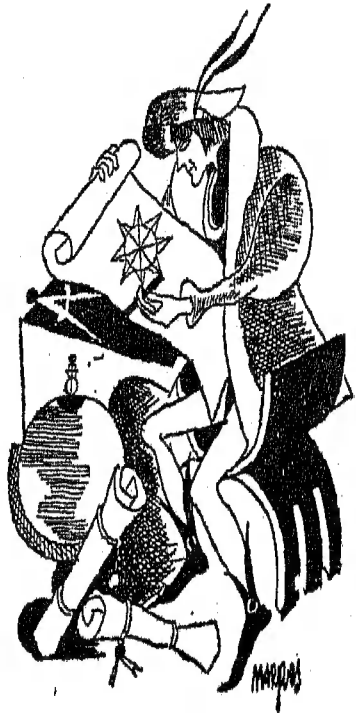
No quadrante que marca os séculos centenas de anos se passaram, para os portugueses, na luta pela conservação das terras conquistadas. Muitos domínios deixaram de ser nossos, porque se a Terra era pequena

para a nossa ânsia, era grande demais para as nossas fôrças. Mas a coragem, a persistência, a invencível tenacidade da nossa gente teve, ainda assim, a compensação de conservar para o domínio das Quinas uma parte do Mundo. Somos ainda uma grande potência colonial.

Mas se temos ainda vastos domínios no ultramar isso se deve, principalmente à continuïdade do nosso sonho de navegantes e de colonizadores, ou seja à conservação do génio expansionista da raça. Se o desejo do mar e das terras longínquas não se mantivesse vivo no nosso sangue, há muito que as colónias, abandonadas pelos portugueses, seriam de outros povos. Mas os portugueses não perderam nunca, e ainda hoje conservam bem viva, a vocação colonial. Está isso no nosso temperamento, pode-se dizer que isso constitui o nosso carácter étnico. E enquanto formos assim, teremos a maior de tôdas as fôrças — aquela que deriva do acôrdo entre a acção e o temperamento, não importando que outros países tenham mais fôrça material.

Precisamos, por isso, de manter sempre vivo na gente portuguesa o sonho de além-mar, e a consciência e orgulho do Império. A África é mais do que a terra que se explora agrìcolamente e é capaz de produzir aquilo de que a Metrópole precisa. A África é, para nós, uma justificação moral e uma razão de ser como potência. Sem ela seriamos uma pequena nação; com ela somos um grande país.

Foi para fazer sentir isso a todos os portugueses que se criou esta revista, cujo nome significa, exactamente, que Portugal não é só o continente. Há, de facto, um Mundo português, e esta revista tem feito o possível por o demonstrar e lembrar em tôdas as suas páginas. Mas entendeu esta revista ser necessário mais. E êsse mais era mostrar pràticamente, na sua realidade objectiva, e não em palavras, pelo menos parte do nosso Império. E mostrar a quem? A gente nova de Portugal, aos estudantes de liceus e das faculdades, aos homens de àmanhã, e também aos seus professores, aos que sabem mas ainda não viram a grandeza dêste país a que é costume chamar pequeno e é tão grande!

É êsse o objectivo do 1.º Cruzeiro de Férias às Colónias, que se vai realizar graças ao apoio e protecção do ilustre presidente do Conselho, Doutor Oliveira Salazar; do ilustre ministro das Colónias, Dr. José Bossa, de todo o Govêrno do Estado Novo, enfim, e de outras entidades oficiais e algumas particulares, não esquecendo nunca aquele que primeiro nos animou a lançar esta idea — o ilustre ex-ministro das Colónias e actual dos Estrangeiros Doutor Armindo Monteiro.

Dr. José Bossa — Ministro das Colónias

(Cliché San Payo)

OS PORTUGUESES DAS CONQUISTAS E A PEDRA DO TEMPLO DE ELEFANTA

AFINAL não foi necessário fazer grandes pesquisas, para descobrir argumentos que destruissem as acusações do azêdo cicerone.

Em 1926, estava eu em Moçambique, quando soube que o ilustre orientalista e diplomata Dr. E. A. Voretzsch tinha publicado na revista alemã «Ásia Maior», um artigo muito interessante, em que apresentava uma hipótese, até hoje a mais provável, para resolver o problema da pedra retirada pelos portugueses do Templo de Elefanta.

E, por outro lado, lendo há meses o livro das viagens de Robert Binning pela Pérsia e pelas Índias, nos meados do século passado, encontrei o depoïmento insuspeito de um inglês, que permite devolver à procedência as graves culpas que, pelos seus compatriotas, nos foram imputadas.

*

* *

Quando em tempos remotos o budismo ameaçou conquistar, na Índia, o lugar que então tinha o brahamanismo, deu-se uma fusão das três seitas adversárias, de que resultou o *tri-murti,* em que Vichnu representando a «conservação» e Siva a «destruïção» ocuparam um lugar equivalente junto de Brahma o «criador», que passou então a presidir à trindade brahamânica, aparente unificação de tôdas as correntes religiosas da Índia.

Todavia Vichnu e Siva ficaram conservando os seus adeptos, a sua influência respectivamente no Norte e no Sul.

Enquanto na Trindade, Siva representa o papel terrivelmente destruïdor que no Véda fôra atribuído a Rudra, o de deus dos sacrifícios conferido a Agui e Indra e o dos ascetas, no Sivaïsmo puro êle é todo poderoso e eterno, origem e essência da vida e da alma universal; destrói também mas para criar: não se vinga por maldade, castiga para impor rigorosamente a sua autoridade suprema.

E com esta feição omnipotente e essencialmente criadora passou a ser representado sob a forma de *Linga,* venerado em capelas como acontece nas caves de Elefanta.

Excluindo o templo de Ajanta, consagrado a *Krichna,* filho de *Devaki* e Senhor de *Dvaraka,* os principais templos da Índia Central, excavados na rocha, que são os de Elora, de Sanchi e de Elefanta, pertencem ao culto sivaïta.

Sôbre a data do último, nada se conseguiu saber, até hoje, por intermédio dos brahamanes. E diversas têm sido as opiniões dos arqueólogos orientalistas. Todavia dizem não restar dúvida de que tanto aqueles templos como os dos jainas e budistas, da mesmo região, foram construidos entre o ano 250 antes de Cristo e o século VIII da era cristã.

Relativamente ao templo de Elefanta tudo leva a crer que tenha sido construído depois do quinto e antes do nono século (A. D.) porquanto parece ter sido a ilha visitada, entre os anos de 399 a 414 por um famoso monge chinês chamado Fa-Hian, que a êle se não refere.

Outros argumentos sôbre factos relativos aos cultos brahamânicos favorecem contudo a hipótese da construção do monumento do século oitavo.

É indubitável que o templo foi consagrado a Siva. De outra forma não se compreendia que as capelas, os altares, as esculturas, e os altos-relevos, representassem insofismàvelmente, assuntos que só se relacionam com o culto especial desta religião. Mas de quando data ao certo, e quem foram os seus construtores? Eis o que ainda se não sabe. Grande parte das esperanças de identificação residem na célebre pedra que dizem ter sido extraviada pelos nossos antepassados; mas onde se encontra actualmente e que diz ela?

*

* *

Supôs-se durante muito tempo que a pedra do Templo de Elefanta era uma das que se encontram na Quinta da Penha Verde, em Sintra, propriedade, que, como se sabe, pertenceu a D. João de Castro.

As principais razões que deram origem a êste êrro, foram:

Os feitos de D. João de Castro no Oriente, entre os quais se destacou a célebre vitória de Diu; a sua acção como capitão das naus reais de 1538 a 1542 e como governador da Índia de 1548.

A visita de D. João de Castro, acompanhado pelo Vice-Rei Nuno da Cunha ao Templo de Elefanta, entre 10 e 18 de Dezembro de 1538; e a minuciosa descrição que dêle fez no seu «Primeiro Roteiro da Costa da Índia, desde Goa até Dio».

Finalmente a inscrição latina, datada de 1542, que se encontra na capela da Quinta da Penha Verde e em que se diz que D. João de Castro visitou as costas do Gôlfo da Arábia e da Índia, «tendo enviado documentos literários desta».

O estudo e a decifração das inscrições dessas pedras, que só relativamente há pouco tempo teve lugar, demonstrou, porém, não ser nenhuma proveniente, como se julgava, do famoso templo sivaïta.

*

* *

O livro mais antigo em que até hoje se encontram referências ao Templo de Elefanta, é o de Garcia da Orta «Colloquios dos simples, e drogas he cousas medicinaes da India... etc.» publicado em Goa em 1563.

Êsse nosso grande homem de ciência, referindo-se a «Outro pagode que milhor que todos ha em huma ilha chamada Pori, que nós chamamos a ilha do Elefante» diz: «e no anno de trinta e quatro, que eu vim de Portugal, estava cousa mupto pera ver: e eu o vi, estando Baçaim de guerra comnosquo, e loguo o deu elrei de Cambaia a Nuno da Cunha».

Garcia da Orta visitou pois o templo pela primeira vez, em 1534. Ia acompanhado por Martim Afonso de Sousa, capitão-mór dos mares da Índia.

«Aos vinte tres dias do mes de dezembro do dito ano (do nascm.^to^ de nosso s.^or^ jesu x.^o^ de mil quinhentos e trinta e quatro anos) em cambaia no porto de baçaỹ no galiam São mateus...» (1) foi assinado entre Nuno da Cunha e Xacoez (representante de Bahadur, sultão do Guzerathe) o contracto de entrega de Baçaim aos portugueses. Garcia da Orta estava presente, e Martim Afonso de Sousa tomou posse dêstes domínios em nome de D. João III.

«Quando logo os Portuguezes tomaram estas terras de Baçaim e de sua jurisdição que foram ver êste Pagode, lhe tiraram huma formosa pedra, que estava sobre a porta, que tinha um letreiro de letras mui bem abertas, e talhadas, e foi mandada a El-Rey, depois do Governador da India, que então era, a mandar ver por todos os Gentios, e Mouros deste Oriente, que já não conhe-

(1) Ms. *Tombo da fortz.ª de Dio.* 1572.

ceram aquelles caracteres; El-Rey D. João III trabalhou muito por saber o que estas letras diziam, mas não se achou quem as lesse, e assim ficou a pedra por ahi, e hoje não ha memoria della». (1)

Não é improvável que Martim Afonso de Sousa, ao tomar posse de Elefanta (1534), tivesse tirado a pedra da entrada do templo para enviá-la ao seu Rei. Se assim foi, as boas esculturas que representam cavaleiros em luta, devem ter despertado aos cavaleiros da época grande inveja.

Martim Afonso de Sousa ficou durante tôda a época das chuvas do ano de 1535, com a sua frota, em Chaul nas proximidades da Ilha de Elefanta, para proteger o Sultão de Cambaia entre os Mogóis, e fazer a guerra contra Calecut e os mahometanos do Malabar. Depois da vitória dos portugueses sôbre as fôrças unidas dos turcos e Guzerates regressou em 1539 a Lisboa.

Em 1541 Martim Afonso de Sousa voltou pela segunda vez à Índia. Desta vez foi como governador, lugar que exerceu até 12 de Setembro de 1545 sendo substituído então por D. João de Castro. Em 1546 regressou a Portugal com uma grande fortuna, instituiu um morgado, um *fidei commisso* com um palácio defronte do convento de S. Francisco em Lisboa, hoje a Biblioteca Nacional. No claustro da igreja consagrou a capela de Jesus como mausoléu da sua família, e ali foram depostos os seus restos mortais. Tanto a igreja como a capela foram destruidas pelo terramoto de 1755». (2)

*

* *

Em 1924 o filho de um construtor civil propôs à Associação dos Arqueólogos a venda de uma pedra com baixos-relevos indianos e o brazão da família Sousa. (3)

Esta pedra mede 121 cm.×73×8 cm. e «é esculpida de ambos os lados».

O sr. E. A. Voretzch no seu interessantíssimo trabalho, fez a descrição dêste belo documento, chegando á conclusão «que se trata de uma pedra comemorativa de um herói, que caíu no campo de batalha».

E quanto à inscrição, diz o seguinte:

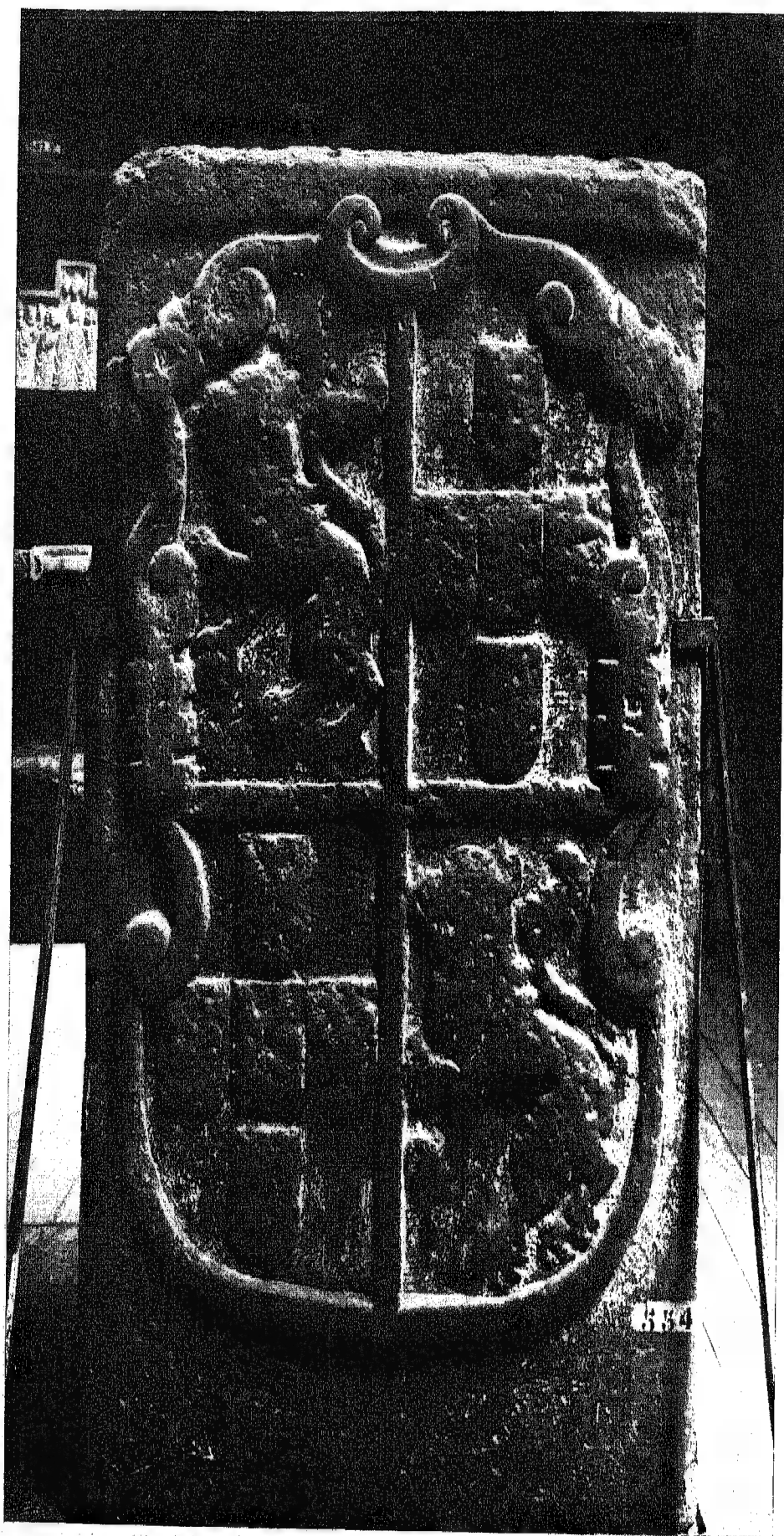
«Uma inscrição em Nagari sôbre a inscrição superior está infelizmente tão estragada que nem mesmo o Conselheiro Hultzsch conseguiu ler mais do que a data do princípio da primeira linha.

---

(1) Diogo do Couto — Década Sétima da Ásia.

(2) E. A. Voretzch — *Obra citada.*

(3) Um problema arqueológico in «O Século» de 7 de Março de 1926.

Pedra indiana com inscrição em «NAGARI» trazida da Índia pelos portugueses na época das Conquistas. Existente em Lisboa, no Museu Arqueológico do Carmo

Reverso da pedra indiana existente no Museu Arqueológico do Carmo, com o brazão de armas que foi dos dois ramos da família Sousa, os Prados e Sousa Chichorro

(Clichés Mário Novais)

O que se pôde decifrar é o seguinte;

Salve! No ano de Srimukha (?), o décimo primeiro (tithi) da clara (metade) do (mês) Ashadha, numa segunda-feira.

Srimukha é o nome de um dos 60 anos do ciclo Bhraspati e volta portanto em períodos de sessenta anos.

A terceira linha, que é muito curta, termina com o número Nagazi *50*.

O outro lado da pedra — diz ainda o sr. Voretzsch — representa um brazão de armas, que foi dos dois ramos da família Sousa, os Prados e Sousa Chichorro, vendo-se no campo 1 e 3 as armas de Portugal, e no 2 e 4 os leões montantes».

O sr. Frazão de Vasconcelos, que então era Director-Secretário da Associação dos Arqueólogos, ocupou-se do assunto tendo conseguido adquirir a pedra para o Museu do Carmo de Lisboa, onde se encontra actualmente.

Será a mesma a que se refere Diogo do Couto?

Muito possìvelmente, pelas seguintes razões apresentadas pelo Dr. Voretzsch:

«A pedra é um pórfiro argiloso acizentado, semelhante ao material do templo da Elefanta, o estilo das esculturas não destoa do do templo; a consagração a Siva é indubitável em ambos.

Em nosso parecer, há muito a favor da idea que Martim Afonso de Sousa tivesse tirado a pedra, a que se refere Couto, e a tivesse enviado para Lisboa, que o Rei lha tivesse restituído ou aos seus herdeiros, e que então fôsse usada como pedra sepulcral, ficando para dentro as esculturas que representam as lutas hindus, tal como as esculturas das câmaras mortuárias asiáticas, voltadas para os sarcófagos, lembrando aos mortos os grandes feitos gloriosos, e que sôbre ela os Sousas tivessem mandado gravar os seus brazões, cobrindo o seu túmulo com ela na capela de Jesus no claustro da igreja, de modo que Couto pôde dizer, com razão, no comêço do século XVII que:

«A pedra do lado das esculturas está muito bem conservada, mas do outro lado, onde se encontram as armas, está gasta como as dos túmulos nas igrejas, consumidos pelos pés dos fiéis.

Indubitàvelmente as esculturas hindús estão bem cinzeladas, e a inscrição é hoje tão ilegível como já talvez o fôsse, no século XVI, de modo que há certas analogias entre esta pedra e a que descreve Diogo do Couto».

*
* *

Pelo que fica dito se vê que várias pedras hindús foram trazidas da Índia para Portugal no século XVI como documentos e recordações dos feitos heróicos, da conquista e soberania portuguesa do Oriente.

É fora de dúvida que essas relíquias foram guardadas e ainda hoje se conservam em Portugal, com excepção daquelas que vários factos estranhos à nossa vontade (Terramoto de 1755, Invasão francesa, etc.) dispersaram ou destruíram.

*

* *

Vejamos agora o que se nos oferece dizer sôbre as atrocidades cometidas dentro do Templo.

É indubitável que «os portugueses das conquistas» causaram alguns estragos nas cavernas elefantinas. E compreende-se que o tenham feito em virtude da grande fé católica, contrária ao paganismo, que os animava.

As cavernas foram consideradas obra do demónio por D. João de Castro e Garcia da Horta. E se estes dois espíritos superiores da época assim pensavam não é natural que os soldados, que, na fé cristã encontraram o principal estímulo para os seus feitos gloriosos, ao entrarem no Templo e ao verem nos principais altares «a figura de hum idolo, que por deshonesta se deixa de nomear» (1), tenham causado distúrbios e feito atrocidades? É, evidentemente. As lutas religiosas de tôdas as épocas deram origem a factos muitíssimo mais graves do que êste.

Em 1534, isto é, quando ficámos senhores das terras de Baçaim, o templo que decerto já fôra profanado pelos mahometanos era «cousa muyto para ver; e eu o vi...» (2) disse Garcia da Orta.

Diogo do Couto atribui os estragos à «travessura dos soldados que alli vam das Armadas» e diz ainda «a fabrica deste grande Pagode que está desfeita em muitas partes e isso que deixarão os soldados tão maltratado que he magoa ver assim destruida huma das cousas admiraveis do Mundo». (3)

A-pesar disso os irreverentes atentados da gente portuguesa não puseram o Templo no estado em que se encontra agora, porquanto a descrição feita pelo autor das «Décadas» do que observou em 1551 ou 1553 se refere a coisas e a pormenores que actualmente se não vêem já.

Em 1563, Garcia da Orta afirmava: «verdade he que aguora está muito danificado este pagode com gado que lhe entra dentro...»

(1) Diogo do Couto — Década Sétima da Ásia, etc. — Lisboa, 1616.

(2) Garcia da Orta — Colloquios dos simples, e drogas he cousas medicinaes da India — Goa, 1563.

(3) Diogo do Couto — Obra citada.

Quere dizer que depois dos estragos causados pelos soldados das armadas, que puseram o Templo no estado em que Diogo do Couto o descreve e até talvez antes, êle servia de curral de gado.

Os portugueses preocupados com assuntos muito mais importantes, de natureza política, económica e militar, e com pouca gente para os seus vastos domínios, não podiam certamente pensar na guarda e conservação do Templo.

Assim se explica que êle servisse de curral de gado pelo menos até meados do século XVIII, e que fôsse sistemática e lentamente deteriorado pelas infiltrações das águas, cujos estragos só começaram a ser convenientemente reparados pelos ingleses quando, nos fins do século passado e princípio do presente, destinaram verbas especiais para os trabalhos de restauração e conservação do Templo.

O descrédito dos portugueses pela sua acção demolidora no monumento sivaïta, avolumou-se sôbre as fantásticas e malévolas acusações de Fryer, de Pike e de Grose, tão infundadas que Campbell, escritor inglês de valor disse que aquele último «está sempre disposto a divulgar mentiras contra os portugueses».

As acusações que nos fazem não têm importância nenhuma; muito mais graves são os depoïmentos dos próprios ingleses, que aqui devo recordar, para que se saiba quem foram de facto os iconoclastas de Elefanta.

O capitão Alexandre Hamilton confessa em 1718:

«Fiz fogo com uma espingarda num dos compartimentos do templo, e nunca ouvi canhão ou trovão fazer um estrondo tão formidável, que continuou durante perto de meio minuto; a montanha parece que tremia. Logo que o barulho acabou, apareceu uma grande serpente que fez com que nós fugissemos, saindo por uma porta da caverna, enquanto ela saiu precipitadamente por outra. Calculo que ela tivesse perto de quinze pés de comprimento e dois pés de diâmetro. E isto foi tudo que vi e que merece ser observado naquela ilha».

O depoïmento de Robert Binning, escrito em 1856 consiste no seguinte:

«Eu desejaria possuir suficiente poder e influência para dissuadir os meus compatriotas que buscam curiosidades, do hábito, que mais repreensão merece, de quebrar e destruir as maravilhas de arte, que muitas vezes, êles vêm de longe ver. A devoção iconoclasta dos conquistadores muçulmanos da Índia, e o não menos supersticioso zêlo dos invasores portugueses fizeram já bastante, com o auxílio do ferro e do fogo, para desfigurar a linda arte escultural de Elefanta: mas êste motivo não basta para impedir que visitantes ingleses quebrem e façam em estilhaços o que escapou às mãos destruidoras dos primeiros. Ouvi dizer que ùltimamente um bando de rapazes brincalhões, se divertiu experimentando a pontaria, com espingardas e pistolas, nos olhos e narizes de mui-

tas das imagens — parte do dano desenfreado e maldoso pelo qual mereciam ser presos e açoutados». (1)

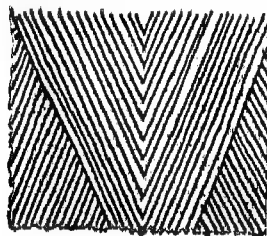
Passou-se isto em pleno século dezanove! E digam-me sinceramente se estes vandalismos podem comparar-se com o justificadíssimo zêlo religioso dos conquistadores do século XVI!

Não querendo ser demasiadamente áspero para com os que nos acusam, limito-me a responder-lhes com a máxima de La Bruyère;

«Ceux qui, sans nous connoître assez, pensent mal de nous, ne nous font pas de tort: ce n'est pas nous qu'ils attaquent, c'est le fantôme de leur imagination».

Lisboa, Março de 1931.

---

(1) A Journal of two years'travel in Persia, Ceylon, etc. by Robert B. M. Binning — London, 1857.

Doutor Armindo Monteiro, antigo Ministro das Colónias e actual Ministro dos Negócios Estrangeiros

(Cliché San Payo)

AS VOCAÇÕES COLONIAIS E OS CRUZEIROS ESCOLARES (1)

Nada mais oportuno e instante neste momento do que apreciar um dos muitos e múltiplos aspectos, sempre atraentes, dos problemas do nosso ensino público e particular, ou o dos grandes objectivos na obra de educação cívica das novas gerações portuguesas — e, entre êles, sobretudo, o que me parece ser uma lacuna grave e hiante dos nossos programas de cultura, e exactamente nas zonas ou classes do ensino onde a meu ver e no de muitos outros, mais necessário se torna preenchê-la: — nas do ensino secundário, mormente se, como me informam, o actual titular da pasta da instrução quere dar ao chamado ensino médio português uma preparação de élites médias também, para a vida, fazendo do ensino secundário, de um modo especial, a zona de cultura geral das categorias sociais portuguesas.

É nesta fase do ensino que se exerce e pratica a preparação, intelectual e moral melindrosíssima para a eclosão das vocações, após a longa, recolhida elaboração que delas se opera — misteriosa como a gestação da vida e encantadora como ela — no espírito, na alma das crianças, nessa idade em que as imagens se fixam, as tendências se repartem, e as preferências ganham mode-

(1) — Conferência realizada no «Grande Colégio Universal» do Pôrto, no dia 26 de Junho de 1931, por ocasião da distribuição de prémios aos alunos, sob a presidência de S. E. R. o Bispo do Pôrto, D. António Augusto de Castro Meireles, e com a comparência de muitos professores do ensino secundário livre e oficial. Êste esclarecimento tornará compreensíveis às referências feitas neste trabalho a factos e circunstâncias que são hoje, em matérias de educação colonial, uma feliz realidade.

lação e contornos nos seus costumes e hábitos, no fundo sensível das suas psicologias, nas suas maneiras de ser; nessa idade em que desabrocha e aflora essa estranha e multiforme flor do Ideal de cada um, flor de luz que como o dealbar nos trópicos, de repente ilumina todos os recessos das paisagens do pensamento, fazendo em nós a dupla revelação do destino das nossas aspirações e do altíssimo sentido de viver, isso fez dizer a Emerson que na vida é necessário que cada um prenda a sua charrua às estrêlas, e a um poeta adorável êste verso que parece um dístico nos frisos dos pórticos do mundo:

«Conservai contra a vida, às vezes dolorosa,
o ideal que sorri!»

O ideal é afinal a vocação, palavra das mais exactas na sua expressão e no seu significado porque claramente se refere e traduz a voz que nos chama, o secreto apelo de um bem que está fóra de nós e sem o qual o nosso ser fica incompleto e insaciado, e o nosso dever por cumprir.

O ideal é afinal manter o nosso sonho de bem-fazer ali onde Deus nos colocou. E a aceitação da vida, oquanimo e contente, para nela construir com o que somos e com o temos, as nossas acções humanas erguidas à altura, ao máximo da altura da inspiração que as faz nascer e produzir, é a condição de atingirmos o ideal que nos estimula e nos faz caminhar.

Pasteur disse no seu célebre discurso à Academia Francesa: — «Feliz aquele que traz em si um Deus, um ideal de belesa e que lhe obedece: ideal de arte, ideal de ciência, ideal da pátria, ideal das virtudes do Evangelho. São essas as origens e as fontes das grandes acções e dos grandes pensamentos. Tôdas se iluminam dos reflexos do «Infinito».

Custa a atingir? Apenamo-nos por o vermos bem nítido ao menos diante de nós, como o tôpo da escada de oiro que Laprade cantou e cujos degraus nos esforçamos por ir subindo, como o cimo da montanha em cujo pendor fragoso tantas vezes deixamos o melhor das nossas energias? Sem dúvida. Mas de que vale viver sem isso? A felicidade calma é uma felicidade negativa, e a breve trecho a monotonia do tédio, a vida transformada em camarote de teatro, a vida sem aspectos, a vida sem grandeza, a vida esvasiada de si mesma.

Na vida é preciso sempre, sempre um grande amor e uma grande adoração!

Seria útil estudar também e agora, o papel de educador e do professor na elaboração de um ideal no espírito juvenil. Julgo que é um trabalho pessoal que determina essa elaboração, em discretas colaborações no desenvolvimento das iniciativas, dos raciocínios, das emoções e dos sentimentos, dos próprios sonhos e das primeiras ambições...

Mas deixemos isto, para enfrentarmos bem o valor das vocações tal como acabo de vo-lo salientar, e para concordardes comigo em que cuidando de apetrechar as novas gerações para as mais diversas carreiras, para que elas possam ouvir melhor o apêlo das mais variadas vocações, nós, por nosso grande mal, por grande desventura nossa, ainda não consideramos nestas preparações, a existência de uma vocação que nos devia ser querida, e até preferida e estimada.

Refiro-me à vocação colonial (não o estranhareis por certo na minha bôca), refiro-me à necessidade de fornecer aos alunos dos cursos secundários portugueses uma série de conhecimentos mais do que elementares, fundamentais, àcêrca do nosso património nacional de além-mar, por forma e de bem cedo os pôr ao facto da vasta riqueza que a nossa soberania cobre, protege e desenvolve, e por esta via, a criar no seu espírito a preparação para ouvirem nítida e nítida compreenderem a voz que permanentemente vem até nós a repetir-nos que há uma Pátria maior do que a que nós vemos do alto das nossas cordilheiras ou da foz dos nossos rios, que há ainda Pátria longe da Pátria, e que sendo ela a razão mais forte da nossa existência internacional, encerra também a única possibilidade de vivermos ao sol em terra nossa, e com infindáveis recursos.

À semelhança de que na Rússia de hoje se está fazendo com a preparação técnica das novas gerações, do que está a fazer-se todos os dias na Bélgica, em França, na Inglaterra e na Itália, nós, que tantas e tantas vezes andamos a clamar que salvemos as colónias, que é preciso ir gente para as colónias, esquecemo-nos de que todo êste verbalismo é inútil, se não fizermos nas escolas o caldeamento das preparações coloniais, se não puzermos viva e forte ante os nossas filhos esta realidade tangível: — a de que a terra colonial portuguesa é por excelência o campo de realizações de tôdas as vocações que êles podem escutar, de aplicação de tudo quanto êles poderão aprender para bem servir o seu país e para triunfarem na vida, que a vocação colonial dá possibilidade a tôdas as vocações morais, intelectuais e materiais, é, numa palavra, para portugueses, a vocação das vocações, porque nós nunca poderemos ter na história do mundo outro destino, outra finalidade do que aquela que está escrita nos primeiros versos dos «Lusíadas»: — o de obreiros da Fé e do Império, — ou deixaremos de ser o que somos e o que andamos diàriamente a dizer que queremos ser, sem fazer grande esfôrço necessário para o que sejâmos.

Espanta-vos talvez o que venho de afirmar... Por isso vos preveni contra a surpreza. Mas, já agora, permiti que vos peça que me ajudeis a seguir a lógica da minha dedução, e depois de vos citar e recordar a beleza de um Ideal na vida, consenti que vos pregunte:

— Há maior ideal do que êste para gente portuguesa?

Responder-me heis imediàtamente que não há. Mas aos vossos lábios acode também esta interrogação:

— E há realmente uma vocação colonial, como existe a vocação para a magistratura, para a medicina, para o comércio e para a engenharia?

Há-de haver uns sete anos, por êste tempo, mas sob um calor tórrido, descia eu num airoso vaporsito que então fazia a carreira de Boma a Santo António do Zaire, o curso grandioso do Congo. A convite do comandante Aragão e Melo, que exercicia distintamente o govêrno do distrito fronteiriço do Zaire, dêsse excelente rapaz que é José Sabrosa, dum punhado de admiráveis portugueses das nossas colónias sem bandeira do Congo Belga e na companhia dessa outra gentilíssima figura de bravo português que foi Aníbal de Azevedo, tão cedo por nosso mal arrebatado pela morte, e que eu não posso recordar sem saudíssima pena, — eu fôra visitar aquelas colónias do território belga. Ainda hoje as considero das melhores provas do que vale o nosso esfôrço cívico no campo económico nacional, e não esqueço as tardes em que com lágrimas nos olhos eu tive de falar a algumas dezenas de portugueses exemplares em Boma e em Kinshassa... Debaixo do tôldo que cobria do sol o convés do vaporsito, íamos admirando mais uma vez êsse soberbo e amplíssimo caudal do grande rio africano, o silêncio intérmino das suas margens intérminas, a verdura das suas ilhas, sob êsse azul etéreo e imaculadamente unido dos céus tropicais à hora alta do dia, quando a fôrça da luz se densifica e pelo ar se expande numa vibração de mil áscuas, numa tremulina quási febril, fundida num só clarão ardente que dir-se-ia fazer parar a terra inteira na quietude dum hausto em suspensão... De repente um silvo longo aí por alturas do redondo môrro da Pedra Yala, cortou o silêncio. Da prôa, alguém anunciou: — O Thysville! — silvou por sua vez o nosso vaporsito, em saüdação e aviso e quási a seguir, o alto costado do grande vapor das carreiras de Antuérpia aparecia-nos à direita, enquanto um clamor de vozes novas entre vivas à Bélgica troava das amuras abaixo quebrando o ronco do arfar das máquinas. Centenas de bandeirinhas surdiam agitadas entre képis e fatos brancos. E só mais longe e demoradamente, morreram para lá da volta enlaçante do rio, os ecos daquele triunfo de vozes juvenis, dos alunos de dois liceus flamengos que o govêrno de Bruxelas mandava gratuìtamente ao Congo Belga para que vissem com os seus olhos, fixassem para sempre nas suas retinas a grandeza da colónia da sua Pátria, e ganhassem à luz do seu sol, e ao bafo do seu clima, o orgulho da obra que um grande rei doara ao seu país!

Meus senhores, a Bélgica faz assim...

Com efeito, a visão, a presença real das terras coloniais, após o transcurso sempre gratamente inolvidável de uma viagem por mar num vapor confortável, a entrada em meios desconhecidos onde se fala a nossa mesma língua, onde se aperta a mão de compatriotas que timbram, como no geral acontece no ultramar puramente português, em conservar a lhaneza social das nossas hospitalidades provincianas, — tudo isto é uma revelação definitiva para os espíritos juvenis, e com conseqüências indeléveis na sua formação.

Supondo os alunos de liceus e colégios portugueses em viagem num dos bons vapores das nossas Companhias de Navegação colonial, e abordando no seu cruzeiro de instrução e recreio o pitoresco dédalo de ilhas e canais da Guiné que mais do que S. Luiz de Dakar, nos dá a côr e o tom arabizados da zona tropical do norte africano; pasmando depois os olhos ante a maravilha da floresta equatorial que cresce em S. Tomé e no Príncipe mesmo à flor das águas de um glauco mar quási sem ondas, como um apinhado tufo viridente; percorrendo em seguida em camiões essa vastíssima e primitente Angola que não tem recessos sem écos dos nossos passos, que não tem recantos que de Portugal não falem, desde o histórico reino do velho Congo onde manadas de búfalos, por entre uma flora sobrepujante, vagabundeiam entre ruinas gloriosas que o tempo vai roendo aos poucos sôbre uma terra ubérrima às culturas mais ricas; até essa incopiável Luanda a capital angolana que um escritor estrangeiro dizia há poucos anos ser muito mais portuguesa que colonial, testa de planalto de Malange onde o mais variado pitoresco se casa a uma riqueza indesmentível; a essa massiça de cima a baixo os cerros e os pendores de montanhas que roçam pelas altitudes da Estrêla; depois ainda até ao sul... Benguela que ainda guarda o cunho das antigas praças militares da Restauração, e do tempo das permutas com o gentio... o grande planalto dominador e e farto... a Huila ridente, cabeça dêsse Sul de Angola que a inteligência de um belo chefe, João de Almeida, assegurou à Pátria, há quási um quarto de século. Vede-os depois entre aclamações de assombro descendo a serra da Chéla em busca do repouso alegre de Mossâmedes, e fazendo ao luar a travessia do deserto, ouvindo o cainçar das alcateias de hienas, o tropear da caça grossa, fugindo encandeada pelo jacto duro da luz dos faróis dos autos, e depois os ruflos de azas das aves de prêsa, de súbito descobertas em pairos lentos ou vôos circulares sôbre o rastro da caravana nocturna no farejo da carne morta, quando sôbre a solitude começa a pinturejar a primeira branda aguarela do alvorecer...

Imaginai tudo isto!... Imaginai depois essas centenas de rapazes à passagem do Cabo da Boa Esperança, sentindo — ouvis bem? — sentindo ao mirarem para cima a barreira formidável da penedia entre rolados torvelinhos de nuvens e de névoas donde emerge a massa cinzento-escuro da granítica montanha, sentindo que o episódio do Adamasto podia ter sido, ao horrísono rumor

do oceano em fúria, uma realidade na epopeia marítima de Seiscentos... tamanha a impressão de estar ali o monstro, sombrio no desencantamento da sua fama terrífica, empedernidamente afincado na ponta extrema da terra assistindo ao desfile dos ice-bergs que na derradeira linha do horisonte marinho assinalam espaçadamente as vanguardas das geleiras polares...

Imaginai agora o vapor subindo rente à costa arborescida das praias de Natal e entrando daí a dois dias nessa vastíssima e linda concha que é a baía do Espírito Santo, e o brado uníssono que rompe a bordo saüdando o aparecimento pela direita, sob um sol vitorioso, entre o arvoredo que apenuja as escarpas vermelhas, dêsse moderno e mal confiado monumento da nossa capacidade de realização colonial — que é Lourenço Marques...

Imaginai tudo isto.

Vêde-os agora, a essas centenas de rapazes de Portugal de regresso aos seus colégios.

Sabeis qual a conseqüência desta viagem reveladora e baptismal?

Um dia, numa aula de geografia, o professor pergunta a um dos alunos, que foi nesse cruzeiro de descoberta, quantos habitantes e que extensão tem Portugal. E êsse aluno, em vez de responder-lhe que tem 6 milhões e 33 mil habitantes e cêrca de 91 mil quilómetros quadrados, compreendidas as ilhas adjacentes, chama a si todo o orgulho de ser filho de uma Pátria que se espalha pelas sete partidas do orbe, e riposta:

— Portugal...15 milhões 824 mil e 548 habitantes e cêrca de 2 milhões de quilómetros quadrados!

Nesse momento é muito possível que o aluno haja recebido em clarão, e quási sem pressentir, a sua vocação colonial, porque no seu espírito ganhou forma de conclusão, a primeira, a fundamental realidade que a sua viagem mais tangìvelmente lhe revelou: — a unidade territorial da Nação, fundindo, corporizando, as Terras de Além com as Terras de Aquém, estas com aquelas, para empregarmos a linguagem dos velhos Navegadores.

Depois, à medida que vêm chegando àquele espírito môço as horas da meditada reflexão, ao permanente amparo do seu professor, — um dia êle repara em que afinal, se há uma questão colonial em que lhe falam pelo menos os livros e os jornais, e que às vezes ouve discutir, é erróneo falar de uma política colonial e deve antes dizer-se política nacional, visto que no fim de contas, é tôda a Nação que está em causa quando dos nossos domínios no Ultramar se trata. O apêlo interior da vocação torna-se então para êle mais claro, talvez até mais imperioso... E quando a emoção filial do patriotismo o faz vibrar com aquele arrebatamento em sonho que só existe nos bemditos entusiasmos da mocidade, a palavra, a idea do Dever sobe deante dêle a uma

altura mais espiritual e mais bela, e tôda a história das Conquistas surge-lhe revoada de trofeus, como a visão célebre do quadro de Détaille, plena de um sentido que êle ignorava... a evocação da Pátria apareceu-lhe como a sua própria vocação e uma e outra se lhe mostram na beleza espiritual de um sacrifício! Sim, êle fica agora a compreender como que aos clarões de uma aparição, porque é que a sua Pátria fundadora de nações e civilizadora de povos, se imolou pela civilização cristã do Mundo inteiro, na mais formosa gesta da história humana, cavaleira de Deus pela «dilatação da Fé e do Império»! — Porque é que nós temos nas Quinas do nosso escudo nacional o símbolo da Imolação por excelência, circundado pelo castelos da Reconquista; porque é que nos Padrões das Descobertas nós fomos colocar êsse imorredoiro símbolo do sacrifício da Pátria na intercepção dos quatro braços da Cruz do sacrifício de Cristo!...

E outros dias passam. E chega um em que o professor de geografia ensina na aula que o território da metrópole ainda não produz trigo e milho bastantes ao consumo da população, e há portanto um déficit, mas que a produção cerealífera dos campos portugueses de Angola, só por si, supriria aquele déficit para que não falte o milho nem o trigo nas tulhas dos casais de Portugal. E eis feita no espírito sedento daquele rapaz sem a menor transcendência, mas com tôda a clareza das realidades fortes a demonstração da unidade económica da Nação, isto é, para que servem as colónias a Portugal...

— Mas então, direis vós, é isto a vocação colonial?

É isto apenas, porque vocação é o apêlo a um destino, e nada mais. Sómente, esta condução do espírito juvenil através de uma série de revelações quási expontâneas, não está ainda introduzida nos programas e roteiros do nosso ensino público, assim como acabo de vos dizer e com estas benemerentes finalidades que venho de vos apontar...

Deixai-me, porém, desenhar com mais vinco a lacuna..

Foi propositadamente que me reportei há pouco à aula de geografia, porque efectivamente é nessa matéria que a educação e a instrução coloniais podem ser ministradas com frutos mais evidentes e métodos mais eficazes.

Quantas horas a avidez ansiosa das inteligências juvenis passa com demorados e saboreados olhares sôbre as páginas dos seus atlas! Sonha com a vastidão dos oceanos e dos desertos, bosqueja horizontes exóticos, faz navegações costeiras procurando o regaço das enseadas, sobe o curso dos rios entre florestas e entrançados cipós, visiona a caleidoscopia de paìsagens que a memória reteve de algumas páginas de Júlio Verne ou as pupilas, de um dos grandes desenhos de Doré!...

Pois fatalmente, indubitàvelmente, essa curiosidade vai sofrer um aborre-

cido desencanto ao encontrar no seu compêndio as cerradas colunas de nomes e números que sobem à carga contra a linda visão que ela ideou cheia de côr!

É que há geografia e geografia. O Director da Escola Colonial de Paris pôde escrever cheio de razão há dois anos: — «Não pretendo, é claro, que um mínimo de conhecimentos estatísticos, topográficos, etc., não seja indispensável; atrevo-me sòmente a sustentar que isso não basta e que a verdadeira geografia colonial não é essa. Ela está nos aspectos da vida, no tom geral das paìsagens e dos costumes na natureza e nas tendências dos países e das raças. Não é talvez a geografia pura, ou mais simplesmente a geografia, concebida segundo as fórmulas rígidas da ciência; é a geografia de atmosfera, se quiserdes, mas é dessa mesma que nós precisamos saber, é essa que menos nos fornecem».

Pois é neste bêrço que nasce a vocação colonial aos primeiros desenvolvimentos da inteligência. É neste quadro geral de conhecimentos elementares mas básicos que êle se informa e vivifica. É dentro dêste ambiente que ela encontra primordial e primacialmente os seus rumos.

O apêlo, a vocação colonial é portanto não só uma possibilidade mas um facto, mesmo na simples enunciação de desejos, na ambição ingénua de aventuras, mesmo no alôr dos sonhos erguidos ao sôpro dos entusiasmos, que no comum todos andam agitando e embalando, a mente e o coração dos rapazes— e êle toma definições reais depois que lhe são fornecidos os conhecimentos, e ajudados os raciocínios, por professores e educadores que compreendam a sua alta missão cívica de dar à Pátria gerações que a exaltem e a honrem!

Neste momento, vós por certo já não tendes dúvidas a tal respeito.

Sòmente volta quási em ritornelo uma hesitação, embora menos tíbaia, mais melindrosa:

Sim, a vocação existe... mas a carreira? Ser colonial é uma profissão?

Eu aproveito desde já a palavra profissão que resumo as vossas legítimas preocupações de ordem material sôbre o futuro dos vossos filhos ou dos vossos discípulos, e as deles próprios diante da bruma da vida de àmanhã e desde já vos digo:

— Ser colonial é de facto uma profissão mas uma profissão de fé! E quereis saber onde essa fé patriótica existe, o objectivo singularmente grande que a determina?

Parai diante da idea do Império, e tereis aberta a carreira colonial com a vantagem que nenhuma outra carreira oferece, pelo menos tão directamente, de que essa idea, essa concepção marcam de início a tal carreira uma atitude espiritual.

Império! Eis a palavra que açula os internacionalismos demagógicos que presentemente infestam o mundo; eis a idea a que se imputam chacinas roubos e violências. Chega a inventar-se até uma designação especial, também terminada em ismo, para denunciar às execrações da humanidade êsse horrível crime de civilizar povos incultos ou retardados: — o colonialismo.

E todavia é tão fácil ir rever as velhas crónicas dos Feitos para compreender a rigorosa exactidão dessa palavra que aliada à da Fé mareia o nosso próprio destino, para abranger tôda a grandeza espiritual que ela encerra. É que, como eu ouvi no ano passado sintetisar admiràvelmente ao por tantos títulos ilustre Bispo desta diocese, essa expressão camoneana que ainda há pouco vos relembrei, quer dizer que o universalismo da Fé deu à expressão do Império o sentido civilizador porque cristão e humanitário que ainda hoje caracteriza e titula como sempre, a nossa edificação colonial!

Não há império colonial, há IMPÉRIO PORTUGUÊS simplesmente, conservando à palavra e à idea imperiais o significado e o sentido latinos e romanos de comunidade de províncias. Dentro do Império, a província de Angola, por exemplo, vale nacionalmente tanto como a província do Minho, porque ambas fazem parte do mesmo território, e pertencem económica e politicamente à mesma unidade. E se quiserdes avaliar da importância, das utilidades desta construção, lembrai apenas que contra a sua estrutura solidária é inútil aplicar por impossível, a qualquer parcela sua, o sistema dos mandatos. Angola em regime de mandato é tão absurdo internacional como submeter o Minho ou Trás-os-Montes a semelhante contrôle.

Ora, meus senhores, é precisamente aqui que, como vos disse, começa a carreira colonial.

O realismo imperial é a idea-fôrça e o princípio de acção, digamos até o motivo de interêsse que melhor pode fazer movimentar hoje com espontaneidades as tendências das novas gerações.

Na brilhante conferência que nos «Annales» fez no ano passado Alberto Sarraut, sôbre «O Francês viajante em 1930», o inteligente orador, depois de assinalar em transcurso ou revista a evolução da literatura de viagens que é hoje um repositório riquíssimo e variado, notava como nela se espelha e demonstra com fidelidade a inquietude da mocidade depois da guerra, perturbação psicológica de uma hora de renovações, cujos primeiros sinais são um desejo febril de renúncia, de fugir, de evasão para longe, para onde possa esquecer-se o espectáculo de uma civilização que ela viu cair em hecatombes, e numa maré cheia de ódios jàmais vistos a entrecorrer o mundo! Sarraut observa ainda com razão que tendo partido em busca do estado de natureza nos meios exóticos que as curasse dos excessos da civilização, as novas gerações receberam sem o suspeitarem, das viagens, o segrêdo de as descobrirem a si mesmas, mercê de provações, e de lições de energia que lhes retemperaram a armadura física; e postas

em contacto com raças e povos novos compreenderam de uma parte a existência de uma humanidade total que elas desconheciam, e da outra, à fôrça de emoções e ao cair de velhos preconceitos, a necessidade de se religarem à vida nos domínios do trabalho e da acção, em tôdas as partes do mundo.

Ora, meus senhores, se é bem certo que esta reacção teve e ainda tem qualquer coisa de dispersiva, — ela resultou frutuosa quando dessas almas em crise aprenderam o alto sentido cristão de viver, salvaram as primazias do coração puro e do espírito liberto através da idea imperial, um nacionalismo que missiona a civilização dos povos tardigrados e se dá acima dos funestos orgulhos que geram as guerras, uma finalidade de bem-fazer animada por uma simpatia humana, vitalizadora e salubre como as brisas do mar alto que durante os seus cruzeiros refrigeraram e acalmaram as inquietudes dessa geração ferida.

Vímo-la e vêmo-la então a essa juventude ressurgente buscando em todos os domínios, carreiras para a sua necessidade de se gastar, de se empregar e de agir. Parece até que, como diria há pouco um escritor, achando já banal contentar-se com um mundo já feito e pronto, ela procura reinventar um mundo que traga o seu cunho. Criou-se aquilo a que os saxões chamam a mística do desporto, a corrida para o record, e o mundo sentiu-se agitado em novos ritmos de trabalho.

Idea de expansão, de iniciativas e de aventuras, a idea imperial constitui, como no mês passado escrevia Maurício Reclus no «Temps» um caldo de cultura excelente para a génese e o desenvolvimento destas tendências das novas gerações. É necessário dizer-lhes e mostrar-lhes que o Império Português está à sua espera, dos seus sonhos grandiosos, da sua imaginação, da sua capacidade de realizações, e do seu idealismo nacional.

É preciso dizer-lhes que lá em baixo, nas nossas terras exóticas, há portos a abrir, há pontes a construir, há vias férreas a instalar, há estradas a rasgar, há enfim imenso campo aos mais variados esforços técnicos com uma conquista certa de proveitos materiais; e que elas, as novas gerações, estão destinadas a ser as renovadoras da obra imperial portuguesa neste mundo moderno que parece ir abolir definitivamente o obstáculo das distâncias.

Eis a vastidão do programa de instrução e educação moral, científica, social, cívica e material que se abre às escolas e aos colégios de Portugal.

Poderei ter-vos cansado por não saber reduzir a demonstração do meu pensamento, mas confio do vosso senso de realidades que não negareis a oportunidade do que venho de dizer-vos.

Aí tendes abertas as carreiras coloniais!

A vida colonial tem sombras, mas também tem claridades e não se exagera quando se fala da escola colonial, ao referir-se à vida nas colónias. Conquanto a lenda perigosa do Eldorado acabasse, e em boa hora; conquanto os meios coloniais, como todos os meios de paises em crescimento, se ressintam de misturas sociais que na primeira abordagem ou contactos, podem causar estranheza, — é dever dizer-vos que o tipo do colono de barba hirsuta, sujo como um carrejão, descivilizado ou incivilizado passou há muito para as páginas das histórias dos papões infantis, e que o policiamento de cidades como Luanda ou Lourenço Marques é sem exagêro mais perfeito do que o de Lisboa ou Pôrto nos bairros mais populosos; e que a sensação benéfica da vida livre de um certo número de convenções sociais entre as que mais retardam a vida ou a ridicularizam, as lutas em que o ganha pão se conquista num trabalho mais metódico e mais intenso do que na Europa, a solidariedade mais densa que vem da curteza do âmbito social, a permanente sensação de que cada um é lá em baixo o portador das nobilitantes credenciais da Pátria, são no geral o que se denomina virtudes coloniais, dando à palavra o significado latino: virtus, fôrça, valor.

Mas — e isto dirige-se claramente a uma melhor compreensão da utilidade da idea imperial, tal como vo-la apresentei — como em tôdas as escolas da vida e ainda de um modo especial porque se trata de países em formação e crescimento, todo êste esfôrço reclama do obreiro colonial uma vigilância moral cuidada sôbre a perfeira conservação daquelas virtudes, um zêlo aturado pela sua dignidade, uma rectidão justa que se tempere numa caridade sem limites no cultivo das relações sociais. Daqui vem o dizer-se que nas colónias se a missionação evangélica do indígena é um dever, a do europeu residente é uma urgência.

É que as virtudes da escola colonial têm a espreitá-las continuamente, ameaçadoramente não só o arrivismo dos meios imperfeitamente seleccionados, mas também o demónio verde do cafard, a que médicos franceses chamam colonite, talvez por graça, talvez por necessidade de catalogação diferenciada de morbos, — essa espécie de cansaço entre moral e físico, de desgôsto lento, que ao avassalar do paludismo mal tratado e vigiado, deflagra no domínio poliforme das psicoses, e traz o acirramento ennervado, os pessimismos inconseqüentes, uma tendência à rebelião que transforma a liberdade de relações em licença de costumes, e agita as opiniões num giro bezoante de ventoinhas, dando às atitudes dos doentes traços das de maníacos ou inescrúpulos das de patifes.

Isto quere dizer que essa terrível visão dos meios coloniais destinados a degredados, se resume hoje num caso simples de boa observância de prescrições médicas, e de uma rigorosa disciplina moral. Não é, porém, assim, em todos os meios civilizados?

Postos nos pratos da balança, eu não duvido em afirmar que na vida colo-

nial os perigos não pesam mais que as condições de salvação e de triunfo. Dando a estas o refôrço moral indispensável, a vitória vem ter à mão mais fàcilmente, o trabalho torna-se mais produtivo, os objectivos são mais depressa atingidos, e em qualquer caso deve acentuar-se que em tôdas as profissões o desdobramento desenvolvido pela iniciativa individual completa, lá como em parte nenhuma, e excepcionalmente, a formação da personalidade!

O administrador civil, torna-se um chefe no centro de tôdas as questões técnicas, dos negócios locais, desde as obras públicas às da higiéne urbana e à regulamentação do trabalho. Ao magistrado abre-se a atracção de um direito novo, das codificações, e, como o advogado, está em permanente contacto com a alma local, obrigado a documentar-se e a estudar. Os serviços de fazenda e aduaneiros entram sempre em relação directa com os grandes problemas económicos e estes em correspondência com o desenvolvimento progressivo do país.

Os técnicos têm no campo colonial uma perspectiva quási ilimitada para as suas actividades criadoras e transformadoras. E sem deixar de recordar-vos as profissões agronómicas e agrícolas, os médicos que têm nas colónias uma função primordial que lhes dá magníficas vitórias e um altíssimo prestígio, o missionário exercendo a sua santa obra em países onde no geral as nossas tristes querelas religiosas não existem, os professores levando uma vida de intensiva curiosidade intelectual estimulada por motivos sempre novos, os comerciantes e industriais cuja função social está em directa razão do progresso económico do país, sofrendo por isso uma permanente correcção tôdas as suas especulações, e sendo obrigados a manter uma estreita solidariedade com todos os elementos de colonização, a mulher que na vida colonial, sobretudo hoje, na época da sua bela emancipação e conquista, pode exercer as mais variadas profissões;—sem deixar de vos recordar tudo isto, repito, eu quero resumir o meu pensamento com a afirmação de que em princípio, todo o indivíduo que possui uma técnicidade certa e não muito especializada, isto é, servida por uma cultura geral, obtem, com a perseverança e com método, uma posição sólida nas colónias.

Meus senhores:

Chegado ao termo das minhas considerações, eu quero salientar-vos que se tudo isto que venho de comunicar-vos é a verdade em tôdas as colónias, o português salvou geralmente no Ultramar as suas virtudes essenciais de inteligência, de adaptação surpreendente, de afinco, de trabalho e patriotismo! Angola é, desta afirmação que vos faço, um exemplo que chega por vezes a comover!

E se é verdade que o colonial fica sempre prêso à sua colónia sentindo-se deslocado quando dela sai, sofrendo dessa espécie de nostalgia que o marechal Lyautey denominava com felicidade nas suas «Cartas de Tonkim» «le mal du pays à rebours» ou seja pouco mais ou menos uma saüdade às avessas;—é também certo que, como povo algum do mundo, o português colonial, mòrmente se pertence às nossas camadas populares, mantém intactas e indemnes no Ultramar a sua mais fervorosa devoção à Mãe-Pátria que êle exprime nessa sua tão tocante devoção às terrinhas natais do continente, que um cônsul inglês no Lobito há anos me dizia ser a grande fôrça coésiva da unidade política nos senhorios de Portugal além dos mares.

Lembremo-nos de que há cêrca de um quarto de século, portugueses de três gerações ali mantêm contra tôdas as crises e contra todos os erros dos maus chefes que no comum lhes têm mandado a politiquice nojenta da Metrópole, uma barragem que se não fôsse heróica na sua resistência efectiva já não teria evitado que houvessemos perdido o melhor dos nossos domínios.

Que falta, pois?

Falta, senhores, que pensemos a sério em assegurar a nossa acção civilizadora nas províncias de além-mar, chamando para esta missão os olhares das gerações escolares, suscitando nelas as vocações coloniais bem treinadas e educadas, para que a valorização dos nossos domínios entre definitivamente num ritmo de fôrça crescente, de progresso sem soluções de continuïdade, e de um nacionalismo fervoroso que pratique sôbre a terra sagrada do Império os votos e os sacrifícios generosos da redenção e do resgate da Grei!

Falta-nos, senhores, *uma élite para um dever.*

Que ela saia com a fronte iluminada de Fé, e o coração cheio de amor, das escolas e dos colégios de Portugal!

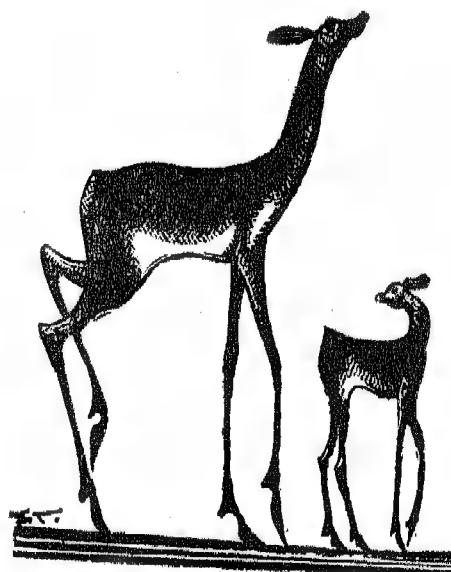
F R A N C I S C O   V E L O S O

ARTE INDÍGENA

OS ARTISTAS PORTUGUESES NAS COLÓNIAS

POR

DIOGO DE MACEDO

ESCULTOR

No geral, nós os artistas, fora do nosso sonho, não sabemos nada. Saber não é pròpriamente uma virtude dos adivinhos. A nossa obrigação perante a natureza — homens ou florestas, insectos ou astros —, é sermos virginalmente ignorantes. Para explicarmos o mundo tal e qual, devemos desconhecê-lo antes de o interrogarmos, como as crianças que êle deslumbra. Que êle se nos revele sempre novo, como um mistério inesperado, ao nosso primeiro exame! Conhecê-lo é transfigurá-lo ou deturpá-lo, purificando-o ou embelezando-o, segundo a emoção ou paixão de cada observador artista. Êste deve ser um inocente sem pecados preconcebidos, quando inicia o retrato do mundo — que é a sua individual explicação —, para o interpretar com a máxima lealdade da sua especial verdade. Para cada obra deve ir tão virgem de conhecimentos, como deve ir repleto de seiva para possuir e descobrir o segrêdo que vai desflorar, e depois o esclarecer com igual amor aos outros homens, que não souberam ou não puderam senti-lo sem êste auxílio.

O artista é um bruxo da vida; portanto, não sabe nada de nada dela, mesmo depois de a descobrir, porque em cada minuto ela se transforma, e a visão do artista se modifica também. Mas paradoxal e relativamente, o artista é grande sábio quando assim tem a consciência de saber que nada sabe. A sua mais difícil ciência consiste em saber esquecer tudo o que soube, para até à morte ter sempre novidades a conquistar. É um bruxo, é um sábio e é uma criança...

Pôsto isto, temos a declarar que não sabemos se a Arte tem pátria. Que ela tem rumos como os ventos, constáta-o a nossa inteligência, e sobretudo a nossa fé. Deve, pois, ter pontos de partida que ignoramos, para o infinito que o nosso sonho infantilmente deseja tocar. ¿Serão êsses os seus lugares de nascença, a sua pátria? Não devem ser, porque essa pátria seria espírito, e êste não se pode identificar como um animal, nem introduzir numa estatística de natalidade. Logo essa pátria deve buscar-se em razões de ordem estética, numa tradição muito nítida ou numa escola distintamente marcada. O certo é que os artistas, por muito prêsos que estejam à terra, no geral vivem no ar, fugindo ao tempo e ao espaço, incoerentes e incompreendidos, produzindo a sua arte livremente, sem quaisquer peias políticas limitadas. Se a ancestralidade os prende por um fio, a independência do seu temperamento anor-

mal os liberta de todos os outros. Para mais têm um coração semelhante ao dos sábios, amando a humanidade inteira com quem comunicam naturalmente, porque falam numa linguagem internacional ao alcance todos os entendimentos. A ambição de cada um é confessar-se ao mundo todo, mostrando-lhe as particularidades inéditas que êste de si mesmo desconhece. Porque o mundo, em arte, é tão ignorante como os artistas o são, em mundo!

O artista abdica gostosa e voluntàriamente da família ou da pátria, para se apoiar a si só e comunicar com tôdas as pátrias. Depois, a pátria dos artistas nada tem que ver com a pátria das artes. A história destas assim o atesta. No entanto, estes compêndios falam de arte egípcia, de arte grega, de arte italiana, etc. ¿Referir-se hão estas classificações às estéticas dêstes povos em relação às épocas em que, por natural razão das civilizações ou das crenças, essas artes foram inventadas e cultivadas num fatal desenvolvimento que as impôs como escola? ¿Ou foram as características sociais ou religiosas — espirituais enfim — dêsses povos, que imprimiram o carácter dessas artes? Mas é que nesses casos, o tempo também impôs classificações análogas, e assim dizem os mesmos compêndios: — arte gótica e arte romântica, arte quinhentista e arte do século XVIII. A ciência crítica — que sabe tudo quanto ignora a emoção artística —, diferencia tudo com severos escalpelos, e para explicar o que a deficiência da sua adivinhação perante o mistério alheio lhe não dá, cataloga a arte com padrões de tempo e de lugares, como se ela fôsse uma pessoa, — quando é mais o resultado de uma personalidade, — com data certa de idade e sítio certo de nacionalidade. Define-a também pelos pontos cardeais — arte ocidental, arte oriental; em relação às revoluções históricas — arte merovíngia e arte pré-colombina; e até segundo as raças — arte dos astecas, arte oceânica, arte africana. Logo estas classificações não só exprimem tempo e lugar, como aclaram as direcções, as civilizações e os mistérios gerais. O homem exige do abstracto a explicação concreta do que é inexplicável; Vai o sábio, sonda as razões, inventa lógicas, e baptisa tudo, situa tudo, classifica tudo, dividindo a arte em talhões, por escolas, por teorias, por classes. Retalha o mundo e dá a cada parte, nação, província ou vila, o seu quinhão em formas clássicas: — escola asiática, escola flamenga, escola toscana e escola sevilhana. É um louvar a Deus a perfeição desta ciência!

E por tantas e outras razões mais, é presumível que a arte possa ter nacionalidade, visto ela ser fruto de personalidades. As raças, as fés e as tradições têm fôrça mais que suficiente para impôrem aquela à independência da outra.

A natureza é una — e a arte é a transfiguração dessa natureza feita pela visão e pelo espírito dos artistas; mas essa unidade da natureza é dividida e subdividida em milhentas particularidades, pelo menos tantas quantas as concepções de cada homem que a perscruta, copia ou transfigura. Assim, como a arte toma a graça do espírito, ou o simples jeito da visão do observador que a cria, inventa ou sente, é naturalíssimo que ela tome também o feitio da terra ou seu motivo, que o artista procura interpretar; e assim a natureza na arte, além da personalidade individual do tradutor, pode tê-la rácica e regional.

Há mais a acrescentar os fins de cada estética que ela inspira, e as intensões sociais de quem lhe espreita os segredos para a traduzir ao serviço dos seus ideais ou dos sonhos colectivos que iluminam êstes. O meio provoca o estímulo e o tempo conduz os sonhos. A inspiração dos artistas paira em humaníssimos baloiçares ao de cimo destas razões. Como a justificação da idolatria dos montanheses está nas rochas; a dos marítimos no céu e na água; a dos homens da cidade no trabalho e na máquina; e a dos camponeses na floresta, assim o mistério de muitas artes reside nos lugares e na ambição de cada grei onde os artistas sofrem ou gozam. Os ingleses, por exemplo, inventaram as dôces aguarelas, aguadas e elegantes, com navios, cavalos e loiras desportistas; os espanhóis, desafiam a graça divina com sombrias e truculentas concepções de um céu inquisitorial, ou então com castanholantes policromias de toureiros e típicas cênas provinciais; na Alemanha, o canhão e a disciplina militar criaram o gôsto das figuras heróicas de mil Lohengrins lendários e colossais; a arte da U.R.S.S. é um cartaz de propaganda revolucionária, com *gros plans* de dor humana e ao serviço de uma nova fé na luta pela igualdade; os italianos cantam o antigo poderio romano — a fôrça histórica — e o amor pagão da vida alegre, em simbolismos de intelectual arquitéctura; a França... essa esforça-se, luta, sofre, berra e ilumina todos os princípios da vida, tôdas as teorias da estética, tôdas as inquietações da humanidade. Terra onde o meio de arte é cosmopolita, ali se forjam tôdas as revoluções, se educam todos os espíritos, que depois se espalham pelo mundo, transfigurando os ideais de cada cantão numa eterna e saüdosa recordação do descontentamento artístico daquele país; e nós, os portugueses, líricos de coração, cultivados à sombra da arqueologia e da resignação do fatalismo, balbuciamos em arte as nossas ternuras pelo presente e as nossas fanfarronadas da história ida, em cênas patéticas de composição espêssa, com cruzes de Cristo por tôda a parte, cujo simbolismo a nossa fé cristã nem sempre alcança com a lealdade do coração comovido, nem sequer se esforça por traduzir plàsticamente para o ideal contemporâneo.

Somos um povo colonizador, emigrativo e aventureiro. Temos colónias vastas, ricas e misteriosas. E quantos artistas portugueses as conhecem ou as amam até ao vôo da elevação, e as têm procurado ou exaltado? Quantos, desde há séculos que as conquistámos?

Meia dúsia!...

¿E quem são êsses artistas? Soldados, no geral, que levados ali por dever de outro ofício, resolveram os ócios pela curiosidade da pintura, com a qual se nobilitam e dão orgulho à colectividade.

Artistas partidos para o além-mar lusitano, voluntàriamente atraídos pela aventura da sua arte, contentes com a vadiagem dessa aventura, que nos conste, apenas dois ou três: — Barradas, Fausto Sampaio, Cristiano Cruz...

Artistas partidos para lá, por conta do Estado, dos governadores ultramarinos, das companhias poderosas de além... nenhum.

Se não fôsse a vagabundagem artístico-militar dos oficiais José Joaquim Ramos e Meneses Ferreira, ninguém conhecia na Metrópole como os artistas portugueses são capazes de interpretar o reino africano. Fala-se nas pinturas dêsse despreocupado amador que foi o Marechal Gomes da Costa; fala-se numa ou noutra curiosidade dêste ou daquele oficial que por lá tomou apontamentos; fala-se até num pintor nosso que vive no Congo; mas ninguém conhece essa obra, ninguém a admira, ninguém a estimula.

¿Quantos artistas de Portugal se inscreveram no próximo Cruzeiro organizado por esta revista? Nenhum...

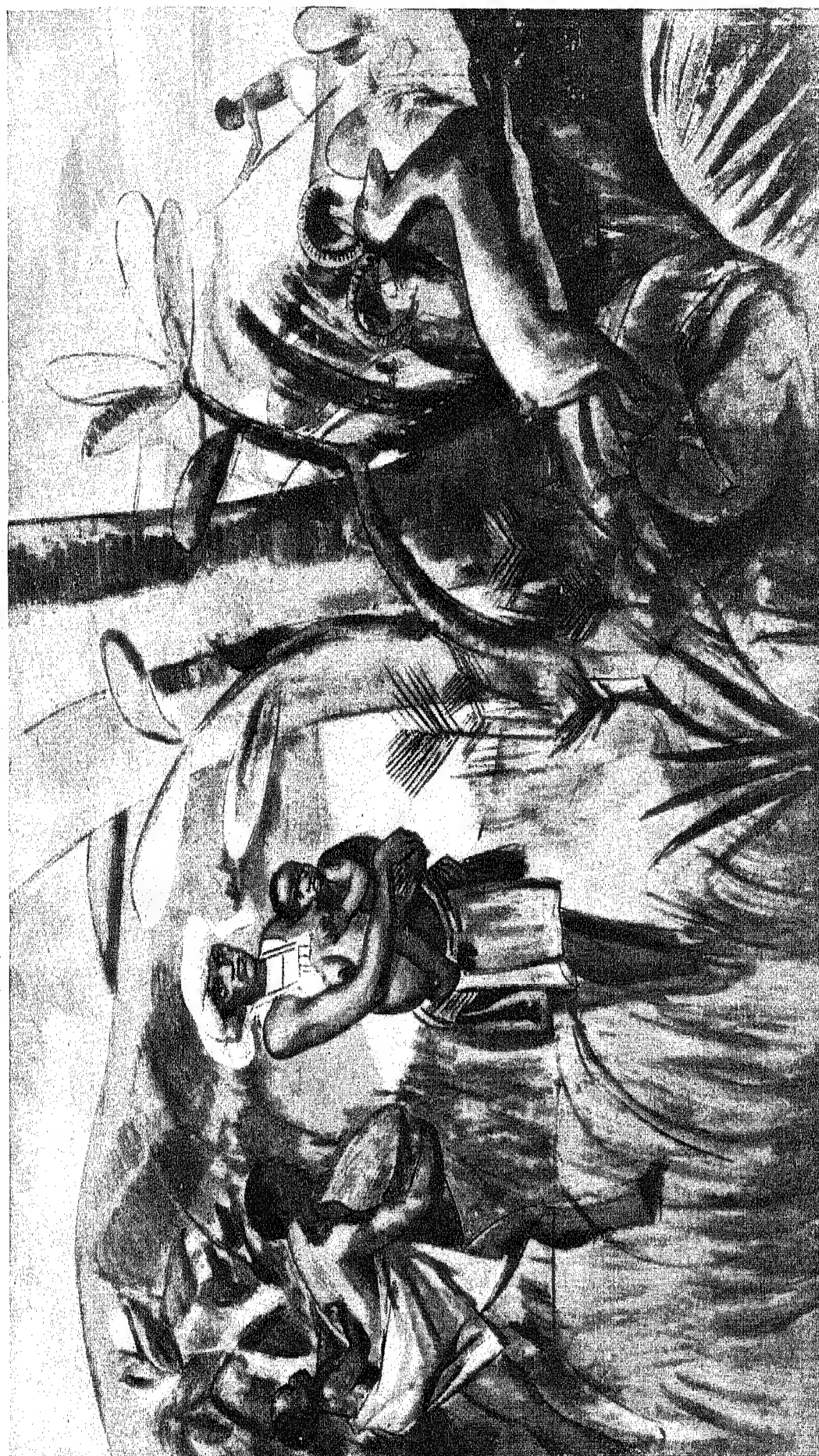
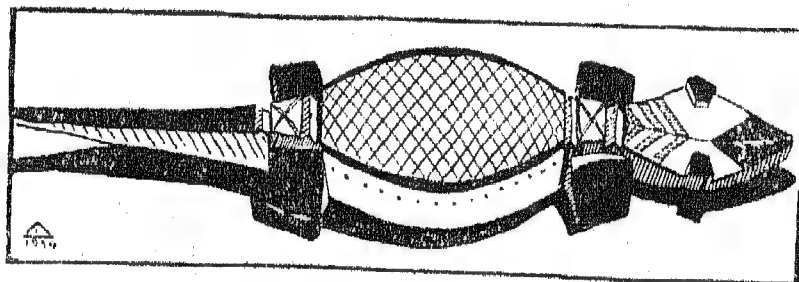
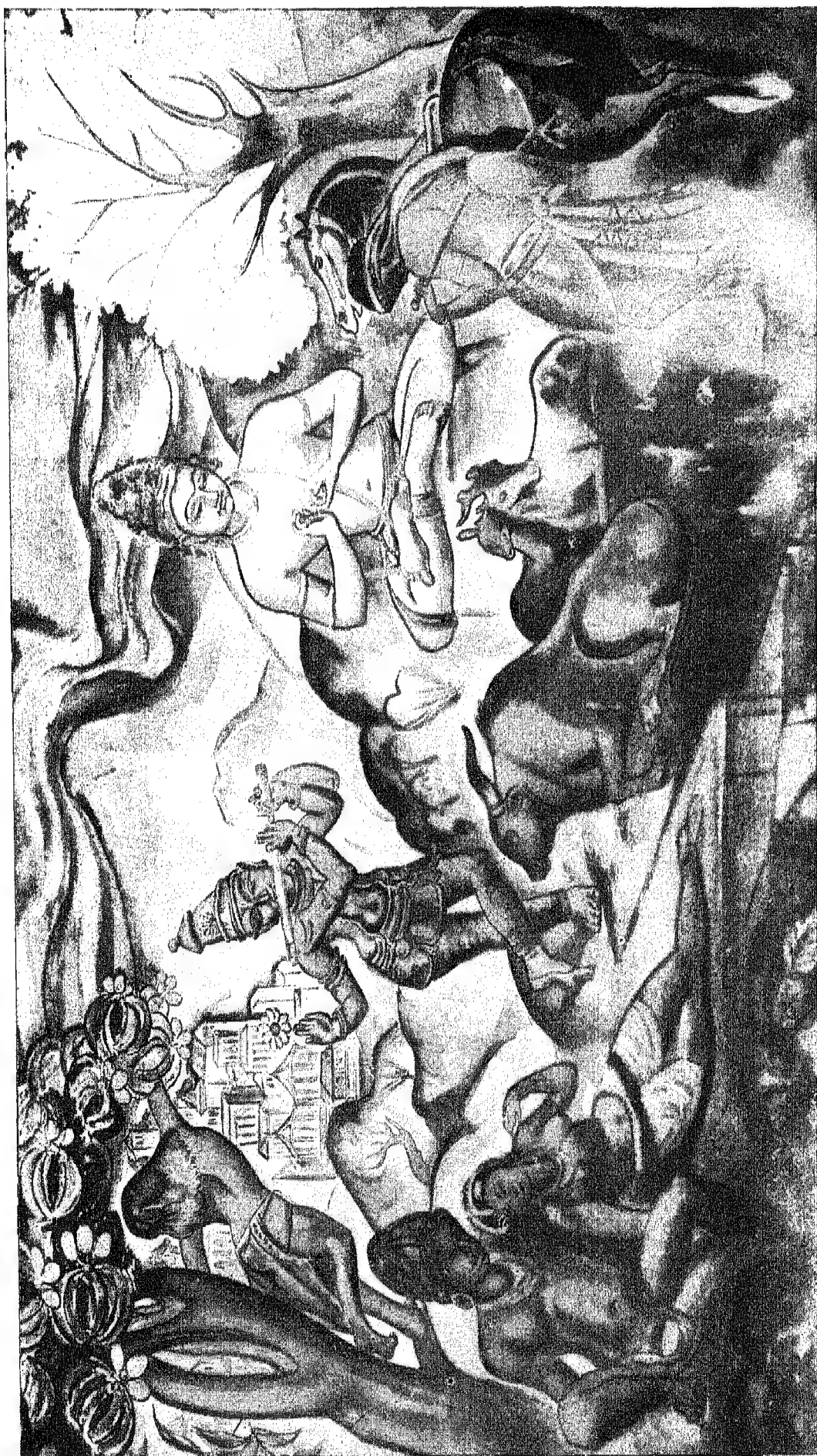
Ai que se não fôssem os negros e os tristonhos amarelos, nenhum de nós saberia do cada vez mais misterioso viver e das lindas graças daqueles desejados reinos do Preste João e daquelas Índias do nosso tormento!...

E somos um país de aventureiros, de vagamundos, de emigrantes e de sonhadores!...

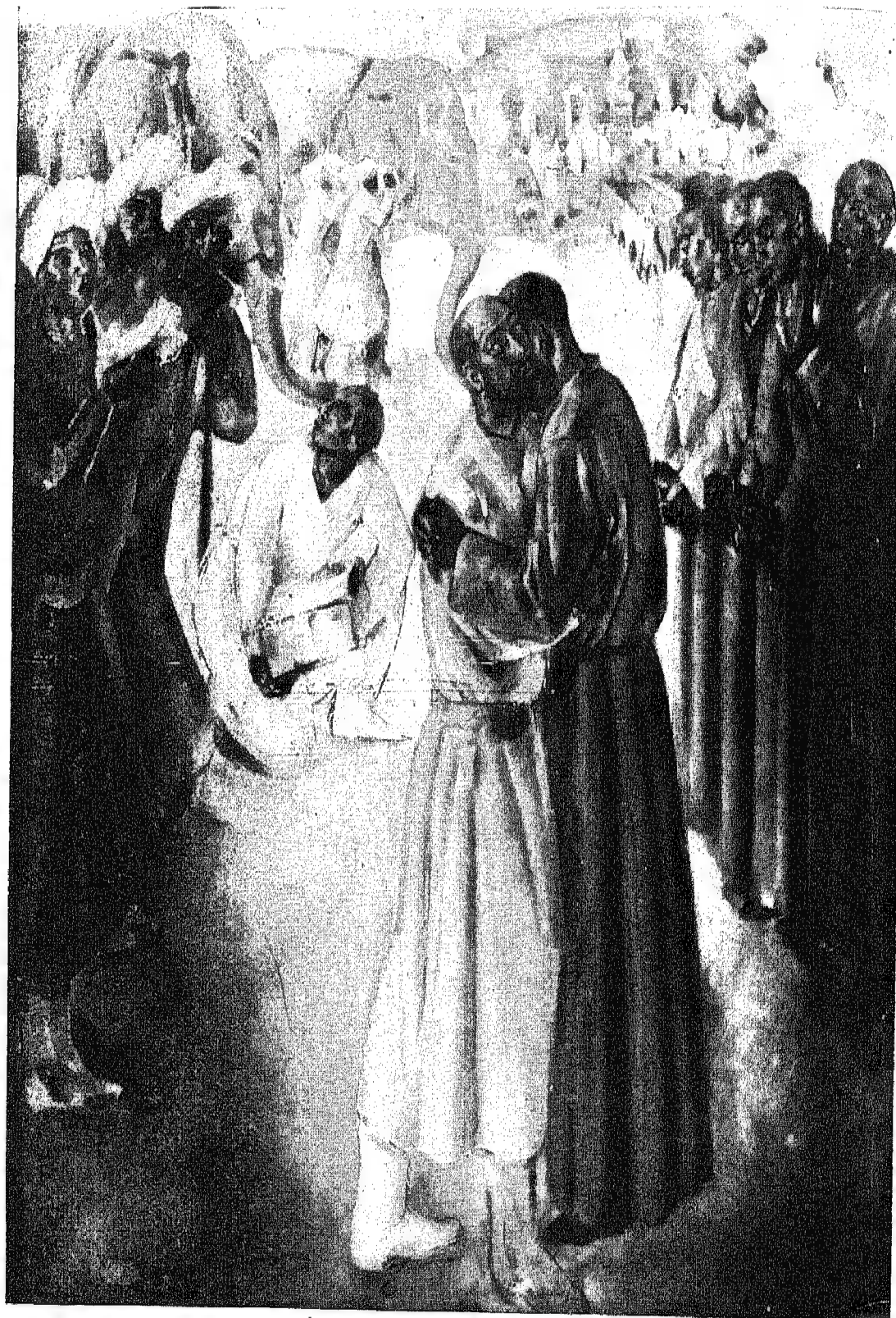
Que sabemos nós, de nós próprios? Nada...

Parece que o Adamastor ainda nos amedronta com o seu terrível olhar! Um ou outro escritor nos vai gritando ao nosso mêdo que aquelas terras são de maravilha

e de beleza. Temos até artistas *de cá* nascidos *lá*, que nunca mais ali voltaram. As *febres de África*, febres de um inquietante desejo de desvendar ignotos segredos, só atingiram um ou outro pintor — Lino António, Dordio Gomes, Abel Manta —, que fantasiaram aqueles continentes. Eduardo Malta contentou-se em afidalgar as negras de exposição. Restam-nos as histórias dos caçadores de leões, as fotografias dos turistas, algumas crónicas jornalísticas e os albuns de particular interêsse pelas raças negras, como o de Fernando Mouta sôbre a *Etnografia Angolar*, o de Landerset Simões sôbre a *Babel Negra*, e o da *Arte indígena portuguesa*, cujos autores não passaram além da Sociedade de Geografia.

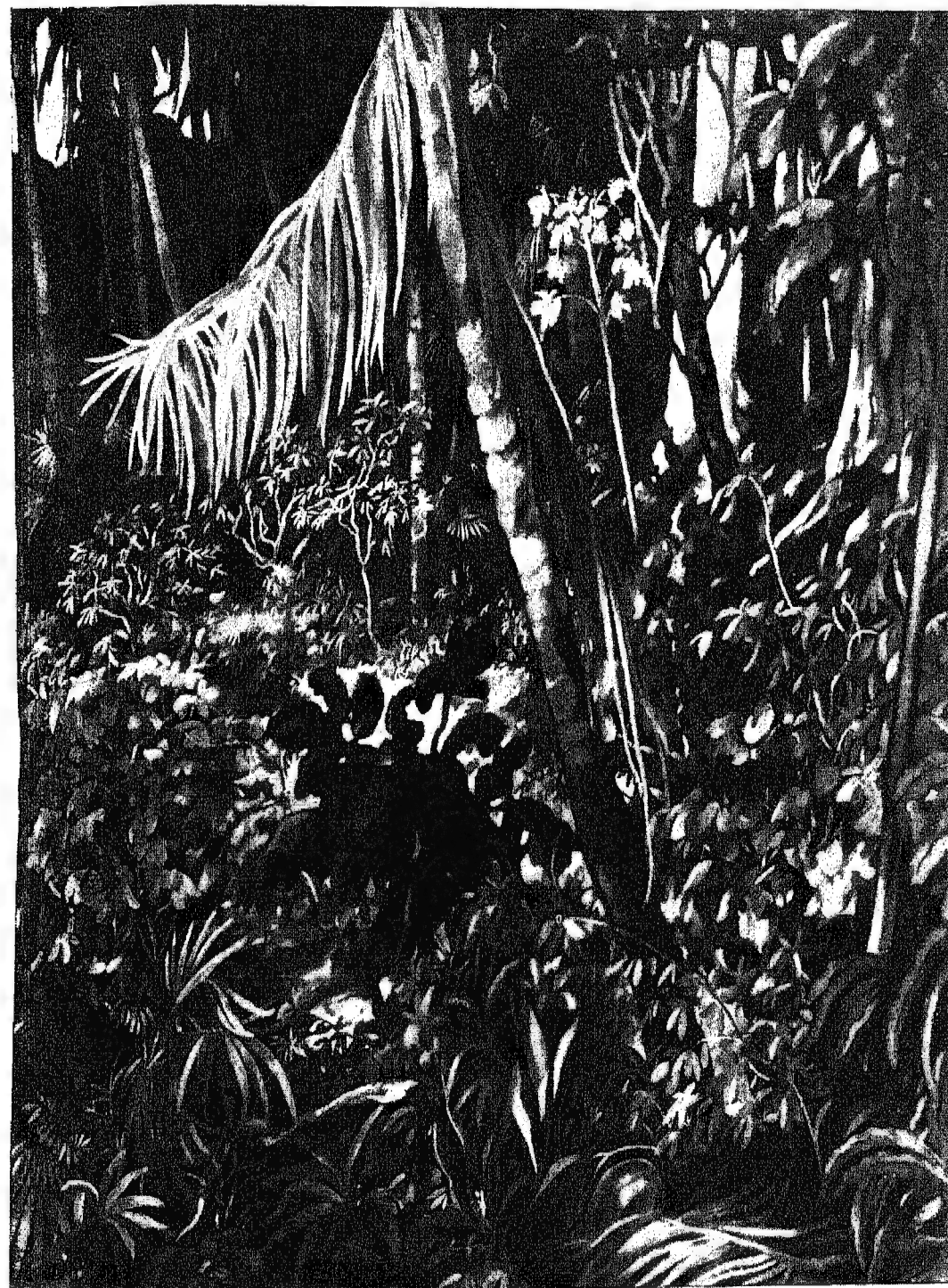
Em suma; para confirmação do que acima dizemos sôbre os artistas em geral, nós os portugueses continuamos e continuaremos, fora do nosso sonho, a não saber nada... e a perceber menos ainda dêste mundo que andamos há séculos a revelar ao próprio mundo.

«Africa Portuguesa», painel decorativo da Exposição Colonial de Paris. Quadro de Dordio Gomes
(*Cliché Mário Novais*)

«Asia Portuguesa». Quadro de Dordio Gomes

(Cliché Mário Novais)

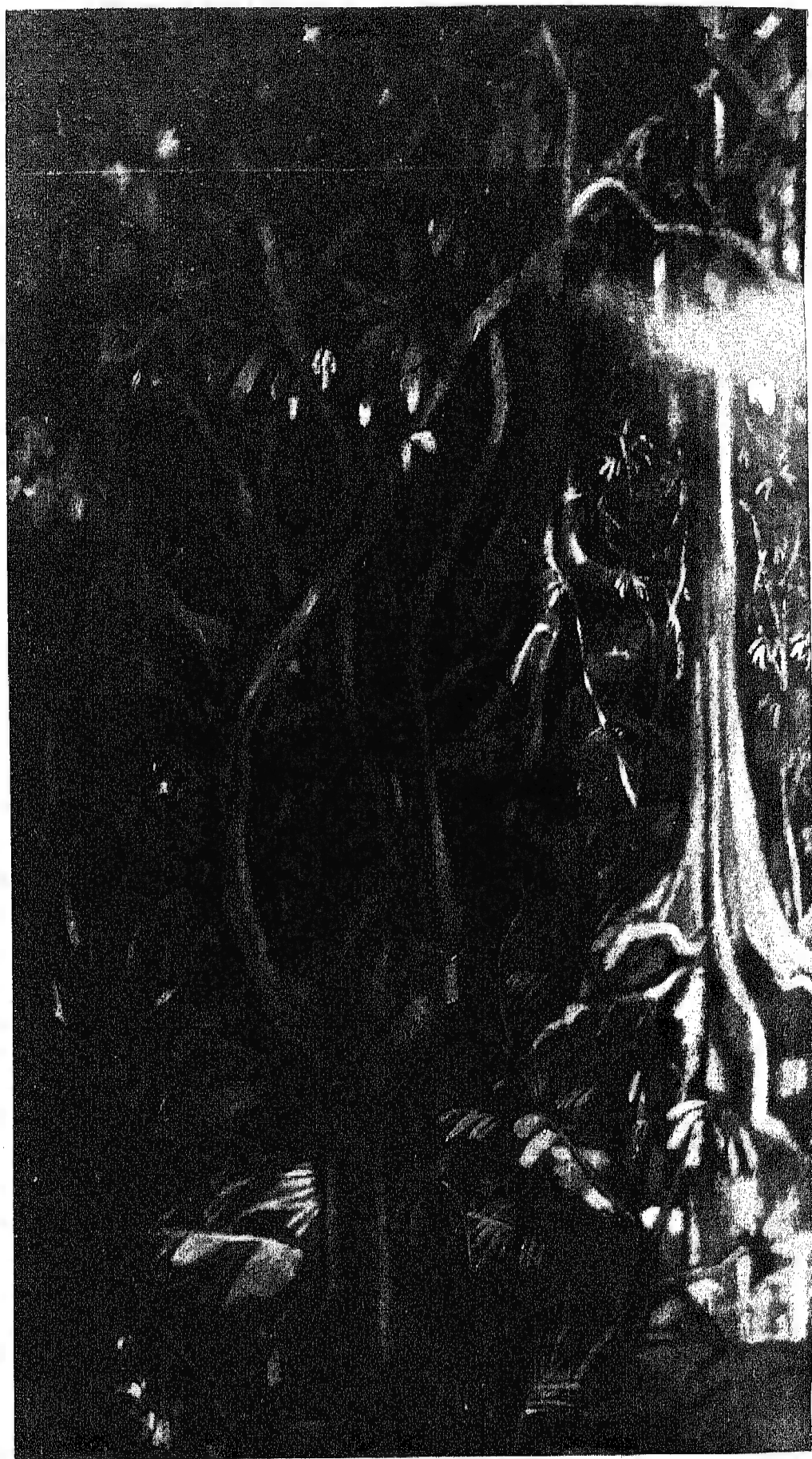
A obra das Missões. Quadro de Lino António

A obra das Missões. Quadro de Lino António

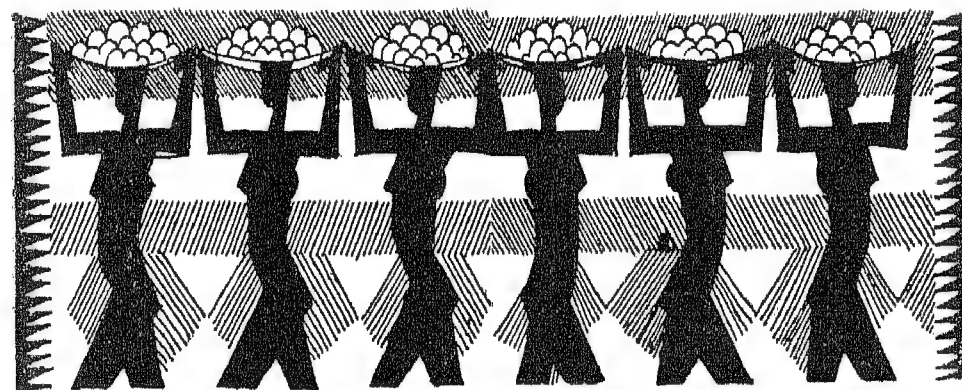
Paisagem africana. Quadro de Menezes Ferreira

(Cliché Mário Novais)

Paisagem africana. Quadro de Menezes Ferreira

(Cliché Mário Novais)

Paisagem tropical: S. Tomé, 1921. Quadro de Jorge Barradas
existente no Museu de Arte Contemporânea

(Cliché Mário Novais)

Paisagem tropical: S. Tomé, 1921. Quadro de Jorge Barradas existente no Museu de Arte Contemporânea

(Cliché Mário Novais)

«CHIROMBA»

Ao alcançar o alto da ladeira para o rio, troxinha à cabeça, mãos espalmadas nas ancas, «Chiromba» alongou a vista pela margem apinhada de gente.

Mulheres entravam na água até aos tornozelos, sacudiam lençóis alvos contra a corrente, erguiam-nos e tornavam a estendê-los.

Mais adiante rapazes rolavam barriletes de água até à povoação; fincavam as pernas, metiam as mãos até ao bôjo, a cabeça, os ombros e lá subiam morosamente, encosta arriba, gemendo e praguejando.

Ô!... Ô!...

«Sô Morales» viera em pessoa dirigir a condução de areias para as obras da fábrica. As zorras enchiam-se às pazadas, baldeadas pelos carreiros muxilengues; e, os bois esqueléticos da cahônha, rabôtos, quando estalava a pita, retezavam os músculos e arrancavam aos berros do velho Camáti que os encorajava:

— Eh! Eh... Brònféri, Estilíférri... Onguári... Aiér...r...r...

Do interior, o rio já carreava as águas meio turvadas dos últimos enxurros; o céu fulgente causticava os olhos e as pupilas contraídas buscavam ansiosamente o bálsamo da verdura.

Línguas de fôgo lambiam as fôlhas envernizadas dos pomares, brancuras rútilas de casario por entre eucaliptos gigantes; nem uma fôlha buliçada, trémula...

Ilhotas dormiam em fileira, e junto aos morros a vegetação formava um renque negro e silencioso.

Parecia que o sono se apoderava da própria natureza, numa modorra, invencível, parada, e monótona.

A areia com reverberos intensos, micantes, desafiava a superfície das águas pulidas, cobria-se de fulgores metálicos.

Até grande altura, vapores cálidos, em ondas sufocantes, elevam-se no solo, numa trepidação alucinadora de fornalha.

O cérebro parecia derreter-se em vertigens; fisgadas trespassavam a nuca.

Mas, tôda a paisagem tinha um não sei quê de agridôce. Apertado desde a mupa grande, entre abruptas muralhas de pedras escalvas, ardentes, o vale abria-se ali numa bacia risonha e fértil. Prendia-se a vista enlevada no contraste da seiva estuante com o fundo árido e pêco dos primeiros contrafortes planálticos.

Tufos majestosos de bambú erguiam-se por entre bananeiras vergadas ao pêso dos cachos; as plantações de cana estendiam-se a perder de vista até ao mar e o algodão, estrelado de branco, semelhava imenso jardim.

Sôbre um morro dominava a antiga fortaleza; mesmo no fundo em remansos de lagôa, dois braços do rio espraiado perdiam-se na verdura pujante de onde emergiam copas gigantescas de mangueira e graciosas palmas de farta cabeleira.

Nas ribas, cortadas cerces ou em barrancos escalavrados, emaranhava-se tôda a casta de caniços e junça, sensitivas, fetos, trepadeiras, mato novo e virgem, prodigiosamente crescido no cacimbo.

Ligava as margens uma ponte do caminho de ferro, como a unir a arte poderosa do homem à fôrça criadora da natureza.

Lá ao longe por entre coqueiros vergados, as grenhas de bronze estampadas contra o céu de turqueza, o oceano metia-se pela terra em forma de saco, espraiando-se depois numa faixa azulada, ao longo da costa solitária.

Chiromba pousou a trouxinha, encheu o cachimbo e sentou-se à beira do caminho. Tirava leves bafuradas, sorrindo...

Mulheres subiam do rio já aviadas; crianças carregavam cabacinhas e latas de água para as sanzalas.

Saüdavam-na; as que retiravam: «láripô Chiromba, láripô! E ela para ali se deixava estar, a ver a faina apressada, inerte, sonhadora...

Do fundo vinha meiga a voz do «Sô Morales» num fado triste e sentido, queixumes de amor, saüdade infinda:

> Ai terra da minha terra...
> Ai quem me dera já ver...

E as notas subiam arrastadas, entravam no coração de mansinho, a chorar...

Grupos de mulheres lavavam a roupa sôbre as pedras, ou esfregavam as peças acocoradas perto das bacias de zinco.

Na conversa os ânimos exaltavam-se, palavra puxa palavra, e já duas negras se esgadanhavam com grande banzé.

— Sua cadela do diabo, seu bicho ruím!

Os outros juntavam-se de volta, a gozarem a bulha; riam-se a perder do alarido das duas raparigas, agarradas uma à outra pelas carapinhas, descompostas, quási núas, furibundas.

Algumas retardatárias chegavam com enormes trouxas brancas à cabeça, baloiçando o corpo em requebros indolentes, os mantos negros a esvoaçar ao vento; a matulagem metia-se à conversa com o mulherio, numa grande algazarra de alegria.

Chiromba, farta de esperar, relanceou novamente a beira da água; desceu com a trouxinha na mão, tímida e humilde.

Trazia a envolvê-la por debaixo dos braços, prêso ao lado esquerdo sôbre o seio, um pano listado de azul e branco — Huíla — e na cabeça um lenço de chita barata à laia de turbante.

Por baixo dêsse pano uma criancinha escarranchava-se ao uso bantu, colada aos rins.

Os olhos de Chiromba, semi-cerrados e ternos poisavam sôbre as companheiras, quando ao passar, tôda airosa, as cumprimentava.

— Cussápére...

— Bá! Cá... cauéto... Cálunga! — Respondiam as que já estavam.

Acocorou-se à espera de vaga.

Havia tanta gente!

Mas descobriu umas pedras boas mais afastadas; debruçou-se para a corrente a espreitar o fundo antes de se colocar a jeito.

Já ajoelhada, prendeu melhor a filhita, molhou as primeiras peças e começou a ensaboar com fôrça.

— Tem cautela, ó Chiromba!

Ela deixou remansar a água, olhou novamente o rio a prescrutar o seu mistério e respondeu alegre:

— Não há perigo, não tenho feitiço!

Ali o fundo de areia era perfeitamente visível, em suave declive, branquinho; mas dois metros para além da margem, um pégo negro e medonho escancarava-se.

A criança vasculhada pelos movimentos bruscos da mãe desatou num berreiro, mas Chiromba continuava a tarefa, indiferente e mansa, até que uma mulher, agastada, grunhiu para o seu lado:

— Cala a bôca!

Então, a rapariga, sempre na mesma posição, de joelhos, aconchegou melhor a

filhinha e embalou-a docemente, as mãos entrelaçadas por debaixo do corpito frágil cantarolando em voz monótona e tristonha:

Minìná Cucariemnhô!
Minìná Cucariemnhô!
Cucàrìré... Cucàrìré...

«Menina não chores... Menina não chores»...

Acalentada com carinho a pequena depressa adormeceu, e ela então agarrou-se ao trabalho.

Era tempo!

O rio continuava a sua marcha serena. Havia nele arrepios enigmáticos, crispações sombrias e um constante borbulhar como se na profundeza das suas águas pululassem vidas monstruosas.

Em cada ruído parava o coração; tremiam os seres num legítimo instinto de defesa. Mas Chiromba distraída, nem reparava no perigo que lhe poderia vir da água.

Continuava na mesma faina, descuidosa, mergulhando as mãos onde tremia a sua figurinha esbelta.

Ah! Aquela era a água da sua terra; vinha de lá, passava mesmo juntinho do quimbo... No sopé do morro as palhotas agrupavam-se aqui e além...

Onde estariam as companheiras?

Que fariam?

Como se lembrava das alegres ranchadas pelas lavras de milho, quando amanhavam juntas o solo bravo, daquela vida simples de selvagem, lá muito longe... para o interior!

A Terra!

Era essa a grande paixão da sua alma, a dor que sentia pungi-la e murmurava, suprimindo os soluços, quási a chorar:

— Ah! A Terra! A minha Terra...

Iria vê-la, custasse o que custasse... Iria mesmo!

Sacudia a roupa ate saír o último sabão, tornava a molhá-la, novamente a torcia e atirava-a em seguida para a bacia do lado.

Assim caía a tarde.

«Sô Morales» sentado num rochedo, a arma a tiracolo, mais a montante, estendia a cana para os fundões na esperança de picar os barbos saborosos.

Bois soltos rapavam as ervas, mugindo de vez em quando, e as vacas da manada mergulhavam o focinho na corrente; ficavam-se depois a olhar o sol, de pescôço esticado, fios de baba a escorrer.

Muitas das lavadeiras já tinham abandonado a margem; Chiromba torcia a última roupa.

— Cuápua! — Murmurou ela. — Pronto!

Sentou-se longe da beira rio, desprendeu a filha das costas, uma mulatinha rechonchuda e linda, puxou-a ao seio forte, com ternura, e deu-lhe o peito.

As outras conversavam, faziam-lhe preguntas àcêrca do interior que trocara pela vida, inquiriam da sua vida com o branco — se lhe dava muitos panos e dinheiro, se a estimava... intrigalhadas de sanzala que tanto preocupavam os pretos e por vezes também os brancos...

O quadro era cheio de dôce encantamento. Avivavam-se as cores nos matizes mais deslumbrantes, fundiam-se em pinceladas de grande mestre, como a sobresaír grupos, marcando tonalidades em ondas macias.

Aqui fôlhas largas, viçosas, espalmavam-se sôbre troncos denegridos; mais além tapetes esmeraldinos estendiam-se a perder de vista, palmares erguiam preces.

A água, quási morta, num dôce murmurinho arrastado, como se tivesse aprendido pelo mato, os saüdosos cantares das suas irmãs nativas, reflectia tudo aquilo em frémitos cariciosos.

E as sombras avançavam pela linfa brilhante, negras ou rosadas, azues, violeta, com traços de prata, manchas de chumbo... Cada redemoínho era um labirinto de cores, cada borbulhar, espuma leve irisada...

O sol lembrava um fôgo sagrado, suspenso em ridente azul.

Morros escalvos como seios de oiro, laivados de sangue, recortavam-se nas alturas, em miragem de sonho...

E Chiromba também sonhava...

Em pequena a mãe não a deixava ir à cidade com as comitivas; destinava-a a um sèculo rico e poderoso.

Mas ela despeitada ajudava a compôr as caravanas, corria de um lado para o outro indagando, sabendo.

Das cubatas chegavam sacos de pele de bambi, cheios como ôdres e muambas atadas; cabaças de milho e feijão, engradados de landobe com galinhas, tôda a casta de bíteres.

Até batata do reino e atados de cebola ou grandes quindas com goiabas enormes, amarelas de ouro velho.

E os sèculos em risota, diziam que os brancos tinham fome, «a barriga dêles comia muito».

Já ia alta a manhã, quando os primeiros se metiam a caminho.

As raparigas ostentavam grossas pulseiras de cobre e de junco fino entrançado, anilhas nos tornezelos com chocalhinhos de ólolângo, brincos e colares de missangas graúdas.

E durante muito tempo o vozear rompia a distância; coros subiam do vale, alegres... animados.

Fôra assim que as duas irmãs mais velhas tinham fugido para a terra dos brancos; nunca mais ninguém as vira.

E ela?

Também quís admirar a cidade, e a cidade tinha-a perdido.

À tarde quando regressou sentia-se triste.

Uma aflição, como se a tivessem espancado, aterrava-a. Subiam-lhe até à garganta soluços desesperados, arrepelava-se, rasgando com os dentes as chitas novas.

À sua frente tôdas as preciosidades que vira, as lantejoulas, as fazendas as ramagens, passavam como carícia branda, bailando ternamente, com doçura.

E no dia seguinte abalara também, seduzida por aquele feitiço de perdição.

Viera ali parar nem sabia como.

Ah! A sua terra!...

E formulou logo a decisão inabalável de se ausentar por uma temporada daquela povoação de gente má, que a recebia com chôchos de desdém e a desprezava por ser pobre e não saber a língua luanda das candonas de estirpe.

Não seriam negras como ela?

Quando a pequena acabou de sugar, a bôca ainda húmida de leite, Chiromba segurou-a nas costas, acamou a roupa e foi encher a cabaça.

Entrou na água, afoita; dobrou-se tôda, mergulhou-a até à bôca que gorgolejava e...

O monstro surgiu do abismo rompendo as águas.

Ouviu-se um grito lancinante, um baque no rio.

Mãe e filha tinham desaparecido num torvelinho.

Cautelosamente, o jacaré que a espiara alapardado entre o lôdo, aproximara-se da margem.

O próprio bater da roupa na pedra e o vozear dos pretos mantinham-no em respeito; nem se mexia.

Cobarde como os cobardes o reptil imundo espreitava a ocasião propícia para o salto de morte e, no instante em que a rapariga, a cabaça cheia, se erguia para voltar, açoitou-a com a cauda serrilhada, derrubando-a e arrastando-a para o fundo.

Os outros pretos paralisados um momento, com a respiração cortada, logo se revoltaram numa gritaria desesperada; batiam a água, rogavam pragas, insultavam a a fera.

— Ah! Cão!... Grande Cão!...

— Ah! Ladrão!...

Baldado esfôrco.

Sôbre a corrente só apareciam laivos sangüíneos, fim da desgraça horrível.

De todos os lados gente corria, doida, desorientada.

O anfíbio monstruoso arrastava o grupo e quando menos esperavam, levantava-o à tona.

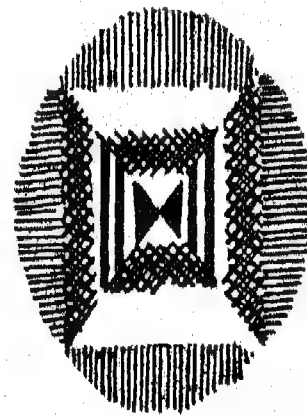
Ela, a negra forte, prêsa uma perna nos dentes do crocodilo, encarniçava-se ainda numa luta renhida, pedindo socorro, procurando libertar-se...

O espectáculo horroroso repetia-se impunemente, a multidão fugia apavorada.

E a noite avançava, trágica; salvar a mulher era impossível. Então, «Morales» roxo de cólera, congestionado, lançou mão da mauzer, e, quando a moça, braços ao alto, voltou a cima, mandou-lhe uma bala contra o peito, bala salvadora que a tornou insensível à dor e à agonia.

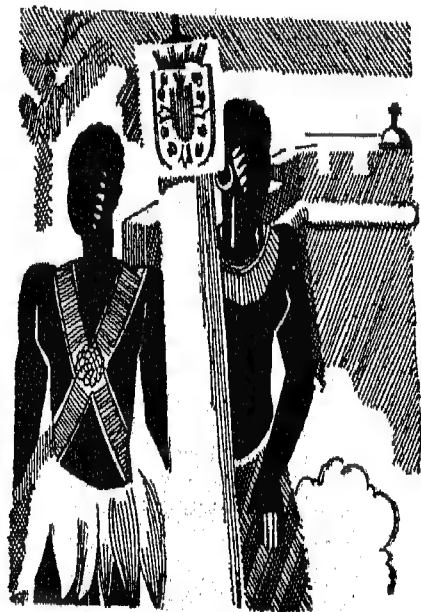
Fizera bem?

Fizera mal?

(Do livro de contos: FEITIÇOS, a publicar).

GUILHERMINA DE AZEREDO

ANTOLOGIA COLONIAL

PARA A HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO APOTEOSE AOS BENEMÉRITOS

Por D. Manuel de Basto Pina — Bispo Conde de Arganil

Discurso com que em 6 de Janeiro de 1898 o falecido prelado D. Manuel Correia de Bastos Pina, Bispo de Coimbra, Conde de Arganil, Par do Reino, Senhor de Côja e Alcaide-Mór de Avô, saüdou o herói de Chaimite, Sr. Major Joaquim Augusto Mousinho de Albuquerque, no seu regresso vitorioso das campanhas de África, acompanhado de sua dedicada e ilustre esposa Senhora D. Maria José Gaivão Mousinho de Albuquerque, então condecorada pela Casa Real com a banda da ordem de Santa Isabel, — discurso êste proferido por ocasião do banquete que lhes foi oferecido em Leiria, onde foram recebidos triunfalmente pelo povo e oficialidade de Caçadores n.º 6, depois de assistirem a um solene Té Deum.

«É grande o desvanecimento e orgulho que temos de ser português e mais o aumentam agora ainda estes júbilos e entusiasmos com que um povo inteiro, sem distinção de classes, se levanta magestoso, imponente e vibrante para receber e vitoriar o vingador da honra da sua pátria e das armas portuguesas, e para lavrar o seu protesto contra tudo e contra todos

que pretendam, ou amesquinhar a gratidão nacional que lhe é devida, ou pôr as suas proezas e vitórias em menos de que as puseram já alguns Estados mais poderosos da Europa.

Saüdemos e louvemos estas explosões patrióticas da justiça popular e do sentimento público, e regosijemo-nos e ufanemo-nos todos com o motivo delas: — Vós, ilustres militares e oficiais do brioso corpo de Caçadores 6, porque vêem da espada, que vós tanto honrais, e dum camarada vosso, que é o vosso orgulho e a vossa glória, os feitos heróicos e grandiosos, que há pouco agradecemos a Deus no Templo, e que celebramos agora nesta festa de irmãos, tão cativante e encantadora, e para a qual muito vos agradecemos a honra de termos sido convidado.

— E vós, ilustres habitantes da cidade e concelho de Leiria, tão dignamente aqui representados pelo digníssimo Presidente da Câmara da Municipal, porque a vossa terra, tão notável já pelas suas tradições e pelo muito que nela têm florescido a fé, as musas, as letras e as armas, tem agora a invejável fortuna de ter dado o bêrço ao maior herói de Portugal nos tempos modernos.

E não menos fortuna e menos regosijo temos nós também por sermos pastor, ainda que indigno, desta parte tão querida do nosso rebanho, e por que estas festas, se por um lado enchem de júbilo e de consolações o nosso coração de português, não contentam e não consolam menos o nosso coração de Bispo Católico.

O Sr. Conselheiro Mousinho de Albuquerque filho da fé, criado na fé, e descendente de uma família tão profundamente religiosa e cristã como por isso mesmo tão valorosamente cívica e patriótica, o glorioso capitão filho de Leiria e destemido vencedor africano, é um religioso e um crente, porque só um religioso e um crente leva a sua própria esposa para os campos da batalha — êle para brandir a espada, defendendo e honrando a pátria, ela para brandir as armas do céu, curando os feridos e praticando a religião santa que professamos, no que ela tem de mais sublime.

Ponhamos os olhos neste exemplo, e desenganemo-nos de que da religião e das virtudes cristãs é que vem o verdadeiro amor da pátria e

as virtudes cívicas — a abnegação, o valor, o patriotismo e a honra, que tornaram outrora respeitado em todo o mundo o nome português.

Os nossos antigos guerreiros, que,

> Em perigos e guerras esforçados,
> Mais do que permitia a fôrça humana,

fizeram dum punhado de terra uma nação, que avassalou mares e continentes, nunca separaram a espada da Cruz, nem os lampejos da fé.

> Que em casos tão estranhos, claramente
> Mais peleja o favor de Deus que a gente.

Em nosso nome, pois, e da nossa diocese e do seu clero, saüdamos com tôdas as veras da nossa alma o sr. Mousinho de Albuquerque e os seus camaradas nas batalhas de África, porque, imitando, os bravos portugueses de outróra, despertam os sentimentos patrióticos do nosso povo do adormecimento em que estava; e hão de levantar com o seu exemplo esta nação decaída e necessitada de muitos Mousinhos na política, para a altivez de carácter, para o amor da pátria e para a prática das virtudes cívicas, que são a nossa esperança da redenção no presente e no futuro».

O ARCO DOS VICE-REIS

Na Exposição Colonial do Pôrto, figurou, representando a Índia, ou o antigo Império Oriental Português, o *Arco dos Vice-Reis.*

Foi de aplaudir essa idea. Não se ignora que de entre vários monumentos de inconstestável valor histórico, ainda hoje existentes na velha cidade da Índia Portuguesa, é o Arco dos Vice-reis, um dos mais antigos e notáveis, mostrando aos mais descrentes e convencendo-os de que a Cidade em ruínas teve dias de grandeza e opulência.

Foi daquela Cidade que partiram, cheias de decisão e esperanças, cortando as serenas águas do Mandovi, marginado por macissos frondosos de arvoredo viçoso, muitas das Armadas, às quais se atribui a descoberta de novas terras pelo Extremo Oriente, como também a sujeição de outras, legando, por esta maneira, aos vindouros, muitos dos nomes de valorosos capitães, que é forçoso apontar, de quando em quando, aos estrangeiros e também aos desmemoriados portugueses, como sendo dos homens que nos legaram a fama de que nos honramos e êstes ainda vastíssimos territórios que formam o Império Colonial Português.

Mas o Arco dos Vice-reis, além de ser um monumento de valor intrínseco pela sua ancianidade, é também notabilíssimo porque durante mais de três séculos todos os Vice-reis e Governadores, mantiveram o uso de, desembarcando no cais fronteiro, o atravessar para afinal tomarem posse definitiva da administração, na Câmara da Cidade, acto que, depois do govêrno do Vice-rei Conde de Alvor (1681-1686), teve como fecho a cerimónia que se realizava no convento de Bom Jesus, dum empolgante

sabor místico, pela entrega do Bastão de mando ao Santo Xavier, patrono e defensor da Índia.

Além de tudo isso, que não é pouco, é bem de ver, êsse Arco notabilizou-se deixando um forte vinco na história daquela Colónia, porque a sua construção e o fim porque o fizeram, deram brado e foram a origem de graves manifestações políticas e sentimentais, e, até, de fortes retaliações, com o que ficou provado à evidência, que na capital do Império Oriental Lusitano, os portugueses se não conformavam com o domínio de Castela.

E assim, sempre que os esforçados capitães do Oriente podiam manifestar o seu desagrado ou hostilidade junto dos delegados dos Filipes na Índia, não hesitavam, muito embora tais manifestações pudessem, de momento, ser interpretadas como falta de disciplina social ou de patriotismo, e até mesmo de reconhecimento e consagração dos feitos memoráveis atribuídos aos que os precederam no Oriente.

O caso que se relaciona com o Arco, é um caso típico e sugestivo. Registando-o provar-se há que no Oriente, entre os portugueses, nem todos ficaram contaminados pelo espírito acomodatício de sujeição às ideas traidoras de Miguel de Moura e de muitos outros de igual estôfo.

Por todos êsses motivos, que não são poucos — repetímo-lo — a reprodução do Arco dos Vice-reis, na Cidade Invicta, de patrióticas tradições, durante o certame colonial, foi bem lembrada.

Mas é preciso não considerar êsse documentário em pedra como simples padrão coevo da conquista da Índia, que aliás não é, mas como aquele que foi e tem de ser visto e aceite, dum lado, como monumento comemorativo mandado erguer em honra dum parente, e, doutro lado, como aquele que contribuiu para acordar no peito de muitos a reacção contra o domínio espanhol.

É assim que êle tem de ser visto e apreciado.

Ao passo que em Portugal, Filipe I fazia, talvez, esquecer aos portugueses fracos e degenerados de que se passava o Centenário do glorioso feito de Vasco da Gama, que mostrou ao mundo inteiro o caminho marítimo para o Oriente, — em Goa, longe da influência da Castela, erguia-se

um Monumento para comemorar aquele feito, monumento que está ainda de pé, testemunha dos dias de glória e de tristeza, olhando dum lado para o Mandovi, onde não há hoje uma única vela que recorde as orgulhosas caravelas, carracas e fustas de outros tempos, e, doutro lado, o campo de morte, fúnebre e desolador, donde surgem, aqui e acolá, os altos campanários dos soberbos Templos da — continuemos a chamá-la — triste Necrópole do heroísmo lusitano.

É, portanto, o Arco, além dum monumento mais de três vezes secular, com tôdas as recordações que o cercam, um trofeu sugestivo da glorificação dum feito único na história, cujos resultados não sòmente trouxeram a Portugal uma época de prosperidade, mas também concorreram para revolucionar o mundo inteiro, pondo em contacto povos desconhecidos, e dando aos valores latentes de cada um deles tremendo impulso na senda do progresso.

O Arco dos Vice-reis foi edificado cem anos depois que Vasco da Gama chegou à Índia, quando da sua primeira viagem dobrando o Cabo da Boa Esperança. É, portanto, o Monumento comemorativo do primeiro Centenário da descoberta do caminho marítimo para a Índia, e talvez o único que recorde êsse feito naquela época.

Em Portugal, se não estamos em êrro, não existe uma recordação comemorativa daquele tempo. Era Castela que o dominava, e basta isto para justificar a indiferença e o silêncio à roda dêsse feito, único na história.

De quem partiu a idea da comemoração na Índia? Quem mandou edificar o Monumento? Quem o edificou? Porque pretenderam derrubá-lo?

Vamos responder o mais sucintamente, sem nos demorarmos na análise do ambiente de revolta criado à roda duma comemoração que aos portugueses no Oriente deveria ser grata e merecer todo o aplauso e simpatia, atento o fim a que se destinava.

Em 1597 o Vice-rei Matias de Albuquerque era substituído por D. Francisco da Gama, neto do filho mais velho do Argonauta. Filipe I o agraciou com o muito apetecido cargo de Vice-rei, para o qual foi nomeado por Carta Régia de 2 de Dezembro de 1595. Saiu de Lisboa a 15 de Abril do ano seguinte e chegou a Goa a 22 de Maio de 1597, tomando posse

em 25 do mesmo mês na Fortaleza dos Reis Magos, onde os recemchegados tinham hospedagem, paga pela Câmara da Cidade por espaço de três ou mais dias.

Cinco dias depois da posse, o Vice-rei fez a sua entrada solene na Cidade. Em 1 de Julho de 1597, portanto cem anos depois que seu bisavô deixou o Tejo para seguir à Índia. Teria a idea da entrada na Cidade, na data provável do Centenário, partido de D. Francisco da Gama, ou tê-la-ia sugerido a Câmara da Cidade? Devemos lembrar que ao tempo residia na Índia o cronista Diogo do Couto, guarda-mór da Tôrre do Tombo, cuja experiência nos negócios da administração era tanta que há já bastante tempo lhe estava confiado o encargo de ilucidar os novos Governadores, o que êle fazia proferindo uma longa oração, em que não hesitava em pôr a nú desmandos de tôda a ordem, pondo também em paralelo a grandeza do passado com o futuro incerto.

Investigador e escritor como era, tendo em outros tempos sido companheiro de Camões e Garcia da Horta, vendo no declínio da nossa influência no Oriente a realização das profecias do Épico, teria, perguntemos, o velho cronista sugerido a comemoração do Centenário, a-fim-de acordar no peito dos portugueses aquelè orgulho da raça que parecia em declínio?

Quem sabe! ¿O autor do *Soldado prático,* em que não poupa muitos dos homens que têm um brilhante nome na história, era bem capaz disso e de muito mais...

Aqueles portugueses no Oriente sentiriam naturalmente declinar o entusiasmo que, em outros tempos, os arrastava a sacrifícios de tôda a ordem, desde que no trono de Portugal estava um rei que não era português, mas um usurpador. D. Francisco da Gama soube, talvez, tudo isso em Portugal, e aceitou a idea da comemoração com entusiasmo, tanto mais que ia honrar a memória do seu antepassado.

Seria essa a finalidade do Vice-rei? Quando agraciado por Filipe I teria certamente procurado informar-se de como corriam os negócios da Índia, e quais eram as dificuldades com que teria de defrontar naquele nosso grande Império.

Não ignorava, de certo, que iria encontrar por lá uma manifesta má vontade contra si, sabendo-o afecto ao rei espanhol, e para poder dalguma maneira agir contra isso, levou, de caso pensado, na Armada que o acompanhava, um grande número de capitães, membros da mais alta nobreza de Portugal. Diogo do Couto, por cujas mãos passavam os papéis de bordo, cuidadosamente tomava nota das pessoas que demandavam a Índia, acompanhando os Vice-reis.

No caso presente apontou como fazendo parte do séquito de D. Francisco da Gama, Goterre de Monroy, D. Luiz Lobo, D. Paulo de Portugal, D. Fernando e D. Cristóvão de Noronha, D. António de Castro, D. João de Menezes, D. Lopo e D. Duarte Henriques, e, entre muitos outros, que nos escusamos de mencionar, Júlio Simões despachado como engenheiro-mór, com o ordenado de 200 cruzados ao ano, o que mais tarde foi elevado a 300, por Alvará régio de Março de 1596.

Pouco tempo depois da sua estada em Goa, D. Francisco da Gama resolveu mandar construir o famoso Arco dos Vice-reis, e incumbiu Júlio Simões, que também era arquitecto, de o delinear.

Já a êsse tempo o notável engenheiro havia começado a dar andamento a várias outras obras paralisadas, como a da Sé Patriarcal, e iniciar outras, cujos vestígios ainda por lá existem, como a da fortaleza de Gaspar Dias, fronteira à dos Reis Magos, e, por fim, a da grande muralha que cercava a Cidade e a defendia das incursões dos inimigos. Mas, pelos modos, a obra do Arco lhe mereceu maior interêsse, pelo desejo manifestado pelo Vice-rei que o queria inaugurar durante o seu govêrno, certo de que se o não fizesse nunca mais se acabaria.

Era justo que a Índia, e em especial Goa, conquistada por Afonso de Albuquerque, que a erigiu em capital dos domínios orientais portugueses, em 1510, e declarada reguenga da Corôa em 1518, tivesse um monumento digno da sua opulência, fidalguia e grandeza. Cidade com mais de 300.000 habitantes, população que supomos não teria ao tempo Lisboa, possuindo muitos palácios, ricas vivendas, formosos jardins, parques, praças, suntuosos templos, igrejas, conventos, hospícios, e habitada por ingleses, italianos, flamengos, holandeses, chineses, persas, mouros, etc.,

qual deles mais rico, não seria para estranhar que fizesse erguer um Monumento grandioso em memória do homem que pelo seu arrojado feito concorreu para tudo isso.

Nesse sentido o engenheiro-mór o delineou, fazendo-o construir em uma das principais portas da Cidade, (1) e aquela por onde os Vice-reis costumavam entrar. Sempre que assim sucedesse a Câmara da Cidade mandava erguer um arco provisório, que era removido findo os festejos, O local, portanto, já estava de antemão escolhido e não podia ser mais bem ajustado, desde que ficava a pouca distância do grande cais, e ladeado dos Palácios da Fortaleza, residência oficial dos Governadores, e da Inquisição, rico e magestoso, como requeria uma instituïção de tristes recordações históricas e que em tão má hora fôra levada para o Oriente português.

O Alvará de 4 de Agosto de 1599 legalizava a obra. Tudo nos leva porém a supôr que mesmo antes disso já se teria começado a sua construção, porquanto o Arco já estava concluído em 1600, ano em que o Vice-rei regressou a Portugal, inaugurando-o antes do embarque.

Estando em frente do Cais da Fortaleza, a fachada do Arco fica voltada para o Mandovi e é todo de granito. Tem por cima do arco a estátua de Vasco da Gama, e sôbre o remate do nicho a seguinte inscrição:

REINANDO ELREI D. FILIPPE 1.° POS A CIDADE AQUI DOM
VASCO DA GAMA
1.° CONDE ALMIRANTE DESCOBRIDOR E
CONQUISTADOR DA INDIA,
SENDO VICE-REI O CONDE DOM
FRANCISCO DA GAMA SEU BISNETO, O ANO DE 99
JULIVS SIMON ING. MA. INV.

No timpano do frontão está a imagem em bronze de Santa Catarina de Alexandria, padroeira de Goa, e sôbre o nicho as Armas da Cidade

(1) A Cidade tinha cinco portas: a de Ribandar — a contígua ao Palácio da Fortaleza, onde se ergueu o Arco — a de Mandovi, no extremo oriental do Terreiro dos Mantimentos — a de Nossa Senhora da Serra ou dos Condenados, ao lado do Pelourinho — e a de S. Pedro ao lado do arrabalde dêste nome.

que são de Portugal, tendo representada na base a roda armada de navalhas, em que os infiéis despedaçaram a mesma Santa.

Entrando o Arco vê-se à direita, na parede, em baixo relêvo, a imagem de Nossa Senhora da Conceição sobreposta à efigie de El-Rei D. João IV, acrescentamento feito depois da Restauração, e com o fim de desfazer o espírito de revolta que sempre se manteve latente na Índia contra a dominação dos Filipes.

Gravada em pedra tem a seguinte inscrição:

LEGITIMO E VERDADEIRO REI DOM JOÃO
4.° RESTAURADOR DA LIBERDADE PORTUGUESA
1656

Sôbre a abóbada do Arco afirma-se que existia antigamente uma sala, em que estavam pintadas todas as célebres guerras dos portugueses na Índia.

Os Palácios da Fortaleza e o da Inquisição, que o ladeavam, foram demolidos por Assento da Junta da Fazenda de 19 de Junho de 1820, e não sabemos como o Arco escapou à fúria demolidora e estulta daquela e doutras Juntas.

Por mais duma vez, como vogal-secretário da Comissão permanente de Arqueologia (instituïção oficial), tivemos oportunidade de visitar as ruínas da soberba Metrópole do Império Oriental e todos os vestígios que hoje restam do seu evolado esplendor, e verificámos, então, com tristeza, que a tal sala *dos desenhos de guerras* desaparecera, como de igual maneira fizeram desaparecer as históricas salas do Palácio da Fortaleza, em que estavam pintadas tôdas as Armadas que iam de Portugal, com indicação dos naufrágios sofridos e outros registos de grande vulto.

A gôlpe de camartelo, mercê da ignorância de muitos Governadores, foram desaparecendo os monumentos que simbolizavam a nossa opulência e domínio pelo Oriente. Quem sabe se assim procedendo procuravam apagar as provas da disparidade entre as suas minguadas obras e os grandes feitos dos seus antecessores!

Verificámos, também, quando do exame feito a êsse monumento,

que, não obstante Júlio Simões ter embarcado para a Índia como engenheiro e arquitecto ao tempo ainda do relampejar dos mais flagrantes clarões da Renascença, não deixou na Índia o menor vestígio de que tivesse estudado e bebido do movimento arquitectural que se assinalava na Europa, em que floresciem, na Itália, Leonardo de Vinci, Miguel Ângelo e Ticiano, na Alemanha, Durer, na Flandres, Van Orley e Van Mander.

Embora o examinassemos com olhos de leigo, ficou-nos a lembrança de que essa obra, como tôdas as outras da época, representava com a típica incaracterização no rude e geométrico aparelho de muralha que cercava a Cidade, com certas degenerescências do gótico poetizado pelas efervescências do génio meridional, que tomou em arte o nome de *manuelino*.

Êsse monumento, que por muitos motivos, dentre os outros deveria ser o mais grandioso de todo o Oriente, por marcar um Centenário, sofreu as naturais conseqüências da hostilidade contra o Vice-cei, D. Francisco da Gama. A Câmara da Cidade que lhe sugeriu a idea, como supomos, cheia de indignação contra a atitude da população e muito especialmente contra os membros da nobreza, escreveu ao Rei, em 25 de Dezembro de 1600, uma extensa carta em que relatava vários actos de insubordinação e desfeita contra o seu lugar-tenente na Índia, dizendo: «os próprios vassalos de Vossa Magestade, perto de 200 homens de cavalo entre fidalgos e casados já não fazem o seu acompanhamento», — e referindo-se ao Arco, dizia: «que tendo esta Cidade em memória e reconhecimento de seus muitos feitos (de Vasco da Gama) posto huma estatua sua em hum portal que pera isto mandou fazer junto ao caes da Fortaleza, pera que assi como elle foi o primeiro visto dos que nesta cidade entrasse raro exemplo para se imitar, a tirarão do seu próprio logar quebrando-lhe a cabeça e mãos, que levaram ao Pelourinho, e puzeram pelas portas da Cidade onde amanheceo com tanta tristeza e magoa dos que bem entendiam a grandesa do feito».

Nada, porém, de extraordinário sucedeu quando a mesma Câmara inaugurou na sala nobre das suas audiências o retrato do Gama, discursando como de costume Diogo do Couto.

A êsses fidalgos, de quem a Câmara se queixava, não agradou talvez que no monumento cedessem a Vasco da Gama as glórias de conquistador, que pertenciam a Afonso de Albuquerque. O Arco poderia ser consagrado à memória de Vasco da Gama, mas a estátua a encimá-lo deveria ser a de Afonso de Albuquerque, diziam êles.

A soberba de D. Francisco da Gama, e, mais ainda, a maneira como mandou fazer as exéquias pelo falecimento de Filipe I, odiado na Índia, concorreram também para êsses tristes sucessos.

O Vice-rei ficou indignadíssimo quando soube do atentado e ordenou uma rigorosa devassa, que se prolongou por muitos anos, sem conseguir apurar responsabilidades. Decorrido, porém, algum tempo uma nova estátua do Gama foi posta no lugar em que estava a primitiva.

Não parou aqui a obra dos amotinados. Horas antes do embarque do Vice-rei, — é um historiador que no-lo diz — 40 jóvens capitães, alguns deles ricos e de primeira nobreza, foram à nau que estava designada para o trazêr a Portugal, e levando «um boneco muito parecido com D. Francisco da Gama, enforcaram-no na verga em frente da sua câmara». Um dístico dizia quem era o enforcado em efígie.

Quando, momentos depois, o Vice-rei com lúzido acompanhamento chegou a bordo da nau e deparou com tão ofensivo espectáculo, a que faziam guarda de honra os 40 capitães, com um brado de indignação intimou-lhes a dizer o que queria aquilo dizer. Avançando um dos amotinados, replicou-lhe com voz solene.

— É o castigo que vós mereceis, senhor Vice-rei.

D. Francisco da Gama teve de sufocar no peito todo o seu rancor, e em voz surda jurou: «A Índia!... nunca mais... nunca mais»!

Contudo, passados vinte e dois anos esqueceu-se de tudo e do juramento para voltar à Índia como Vice-rei!...

Assim reza a história que se relaciona com o famoso *Arco dos Vice-reis*, que nacionais e estrangeiros admiraram na Exposição Colonial do Pôrto.

JOSÉ F. FERREIRA MARTINS

ICONOGRAFIA DOS VICE-REIS DA ÍNDIA

Os retratos dos vice-reis de Índia que «O Mundo Português» inicia no presente número, fazem parte de um valioso album fotográfico que arquiva a longa e brilhante série de vice-reis, governadores e capitães-generais, que governaram a Índia desde os gloriosos tempos das conquistas até os fins do século XIX.

Estas fotografias são a reprodução dos retratos que formam a riquíssima galeria dos vice-reis da Índia, glorioso testemunho pictural que ornamenta as vetustas e memoráveis paredes da sala nobre do Palácio do Govêrno da Índia.

Pintores célebres ou anónimos — não o sabe a história — fixaram na tela, em nobres e perfeitas atitudes, os mais lídimos representantes do génio português do século das conquistas, e dos que se seguiam; formoso feixe de painéis, que o poder evocativo da arte perpetuou, e legado às gerações de todos os tempos para que — na lição humana e viva da história — aprendam a respeitar e a admirar a obra espiritual e o espaço sobrehumano da acção portuguesa no Oriente.

Esta galeria de retratos iniciada pelo vice-rei D. João de Castro e continuada no espaço de mais de 400 anos, constitui, não só um valioso documentário de iconografia histórica, como também um precioso repositório artístico de incontestável valor.

Esta série de retratos que o «Mundo Português» só agora reproduz, era para ser iniciada em um dos seus números anteriores. Razões de ordem técnica, impediram a Direcção desta Revista de o fazer.

Fá-lo agora, cônscia de que presta um relevante serviço aos estudiosos e admiradores da iconografia da história portuguesa.

VICE-REIS DA ÍNDIA

(LEGENDAS DESCRITIVAS)

1.º — *O vice-rei D. Francisco de Almeida o primeiro que passou a êste Estado com o dito título depois do descobrimento da Índia. Governou de 1505 até 28 de Novembro de 1509.*

2.º — *O governador Afonso de Albuquerque sucedeu ao vice-rei D. Francisco de Almeida em 18 de Novembro de 1509. Governou 8 anos e 22 dias e faleceu na Barra de Goa em 16 de Dezembro de 1515.*

3.º — *O governador Lopo Soares de Albergaria sucedeu ao G.or Afonso de Albuquerque em 16 de Dezembro de 1515 e governou até o ano de 1518.*

4.º — *O governador Diogo Lopes de Sequeira sucedeu ao G.or Lopo Soares de Albergaria no ano de 1518 e governou até 22 de Janeiro de 1522.*

5.º — *O governador D. Duarte de Menezes sucedeu ao G.or Diogo Lopes de Sequeira em 22 de Janeiro de 1522 e governou até o ano de 1524.*

6.º — *O vice-rei D. Vasco da Gama, o 1.º que com o título de conde passou a êste Estado, tendo sido descobridor da Índia em o ano de 1499. Sucedeu na governação a D. Duarte de Menezes no ano de 1524. Governou sòmente três meses e faleceu em Cochim.*

7.º — *O governador D. Henrique de Menezes — o Roxo. Sucedeu ao vice-rei D. Vasco da Gama. Conde-almirante do Mar da Índia no ano de 1525. Governou um ano e um mês, faleceu em Cananor em Janeiro de 1526.*

8.º — *O governador Lopo Vaz de Sampaio sucedeu ao G.or D. Henrique de Menezes, em via, 1526 porque o que lhe sucedia era o G.or Pedro de Mascarenhas, e êste se achava governando Malaca. Governou três anos.*

9.º — *O governador Nuno da Cunha sucedeu ao G.or Lopo Vaz de Sampaio em o ano de 1529 e governou até 16 de Novembro de 1538.*

10.º — *O vice-rei D. Garcia de Noronha, sucedeu ao G.or Nuno da Cunha, em 16 de Novembro de 1538 e governou até 28 de Abril de 1540 em que faleceu em Goa.*

11.º — *O governador D. Estêvão da Gama sucedeu ao Vice-Rei D. Garcia de Noronha, em segunda via de sucessão, em 28 de Abril de 1540 e governou até 11 de Maio de 1542.*

12.º — *O governador Martim Afonso de Sousa sucedeu ao G.or D. Estêvão da Gama em 11 de Maio de 1542, e governou três anos e quatro meses.*

13.º — *O governador D. João de Castro sucedeu ao G.or Martim Afonso de Sousa, em Setembro de 1545. Governou até 6 de Junho de 1548 e faleceu em Goa com o título de vice-rei.*

14.º — *O governador Garcia de Sá sucedeu ao vice-rei D. João de Castro em 6 de Junho de 1548. Governou até ao mês de Junho de 1549 em que faleceu em Goa.*

15.º — *O governador Jorge Cabral sucedeu ao G.or Garcia de Sá em Junho de 1549 e governou até o ano de 1551.*

16.º — *O vice-rei D. Afonso de Noronha sucedeu ao G.or Jorge Cabral no ano de 1551 e governou até o ano de 1554.*

17.º — *O vice-rei D. Pedro de Mascarenhas sucedeu ao vice-rei D. Afonso de Noronha em o ano de 1554 e governou menos de um ano. Faleceu em 1555.*

18.º — *O governador Francisco Barreto sucedeu ao vice-rei D. Pedro de Mascarenhas, em via de sucessão em o ano de 1555 e governou até o ano de 1558.*

19.º — *O vice-rei D. Constantino de Bragança sucedeu ao G.or Francisco Barreto no ano de 1558 e governou até o ano de 1561.*

20.º — *O vice-rei D. Francisco Coutinho, conde de Redondo sucedeu ao vice-rei D. Constantino de Bragança no ano de 1564 e governou até o mês de Fevereiro de 1564. Faleceu em Goa.*

21.º — *O governador João de Mendonça sucedeu em via de sucessão ao vice-rei D. Francisco Coutinho, conde do Redondo em o ano de 1564 e no mesmo faleceu com 6 meses de govêrno.*

22.º — *O vice-rei D. Antão de Noronha sucedeu ao G.or João de Mendonça em o mês de Setembro de 1564 e governou até o ano de 1568.*

23.º — *O vice-rei D. Luiz de Ataíde sucedeu ao vice-rei D. Antão de Noronha em o ano de 1568 e governou até o ano de 1571.*

24.º — *O vice-rei D. António de Noronha sucedeu ao vice-rei D. Luiz de Ataíde e governou até o ano de 1573.*

25.º — *O governador António Moniz Barreto sucedeu em vias ao vice-rei D. António de Noronha no ano de 1573 e governou até o ano de 1576.*

26.º — *O governador D. Diogo de Menezes sucedeu em via de sucessão ao G.or António Moniz Barreto em o ano de 1576 e governou até o ano de 1578.*

28.º (1) — *O governador Fernando Teles de Menezes sucedeu em vias ao vice-rei D. Luiz de Ataíde conde de Atouguia no ano de 1581 e governou sòmente seis meses.*

29.º — *O vice-rei D. Francisco Mascarenhas conde de Santa-Cruz sucedeu ao G.or Fernando Teles de Menezes no ano de 1581 e governou até o ano de 1584.*

30.º — *O vice-rei Duarte de Menezes sucedeu ao vice-rei D. Francisco de Menezes conde de Santa Cruz no ano de 1584. Governou até ao ano de 1588 em que faleceu em Goa.*

31.º — *O governador Manuel de Sousa Coutinho sucedeu em via de sucessão ao vice-rei D. Duarte de Menezes em 5 de Maio de 1588 e governou até o ano de 1591.*

32.º — *O governador Matias de Albuquerque sucedeu ao G.or Manuel de Sousa Coutinho no ano de 1591 e governou até o ano de 1597.*

33.º — *O vice-rei D. Francisco da Gama, conde de Vidigueira, almirante da Índia sucedeu ao vice-rei Matias de Albuquerque no ano de 1597 e governou até o ano de 1600.*

---

(1) O n.º 27 corresponde ao Vice-Rei D. Luiz de Ataíde, conde de Atouguia, que foi pela 2.ª vez vice-rei da Índia, de 1578 a 1581, e que vem reproduzido com o n.º 23.

2

1

7

8

9

10.—O V. Rey D. Garcia de Noronha, svcedev ao Governador Nvno da Cvnha em 16 de novembro de 1538 e governov ate 28 de abril de 15[illegible] em que faleceo aqvi em Goa.

10

11

12

13

14

19.—O Vice-Rey D. Constantino de Bragança svccedev ao Governador Francisco Barreto no anno de 1558 e governov ate o anno de 1561.

19

20.°—O Vice-Rey D. Francisco Covtinho Conde do Redondo, svccedev ao Vice-Rey D. Constantino de Bragança no anno de 1561 governov ate o mes de fevereiro de 1564 e faleceo em Goa.

20

21.°—O Governador João de Mendoça svccedev em via de svcessão ao Vice-Rey D. Francisco Covtinho Conde do Redondo em o anno de 1564 e no mesmo faleceo com seis mezes de governo.

21

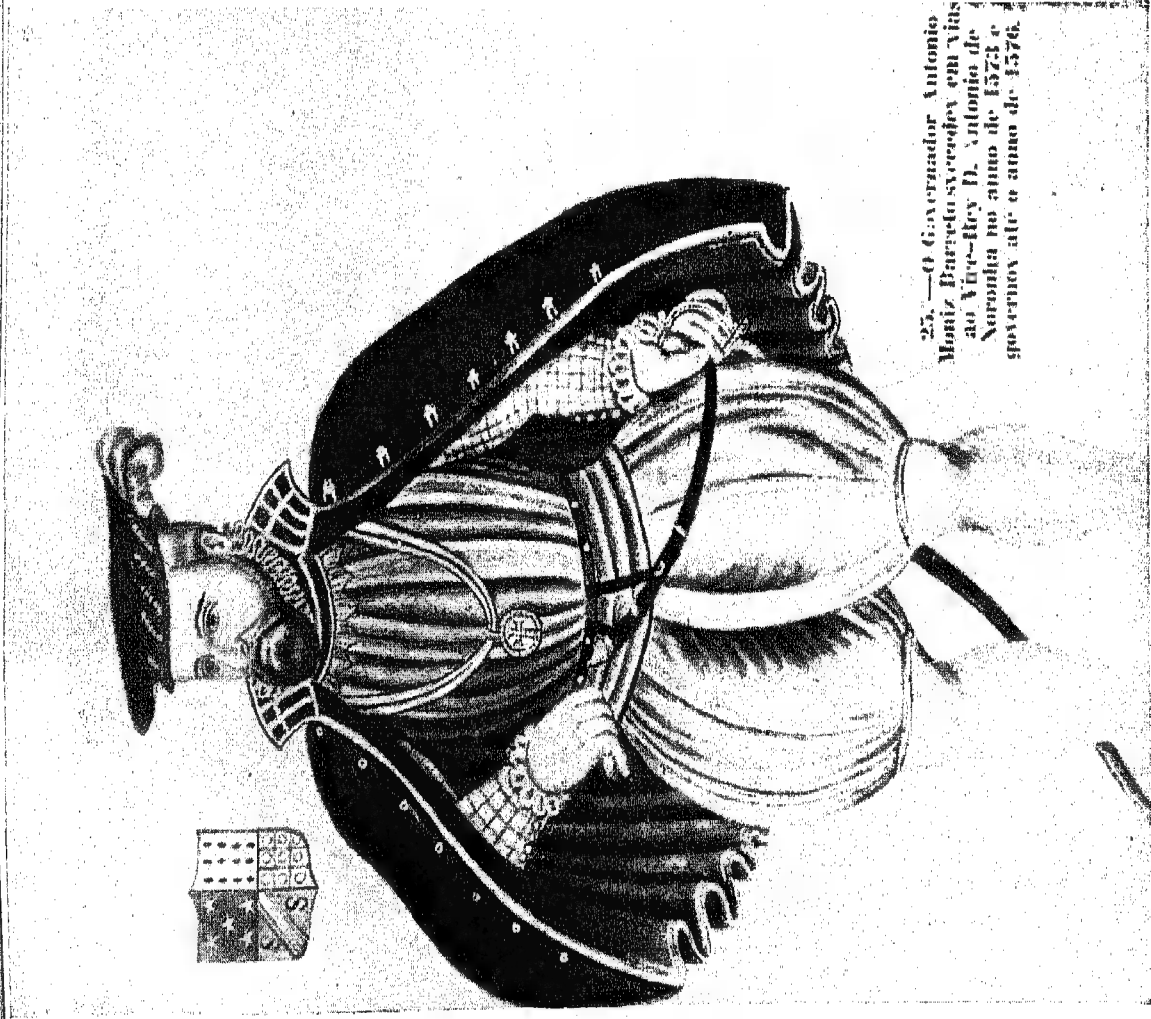
22.°—O Vice-Rey D. Antao de Noronha svccedev ao Governador João de Mendoça em o mez de setembro de 1564 e governov ate o anno de 1568.

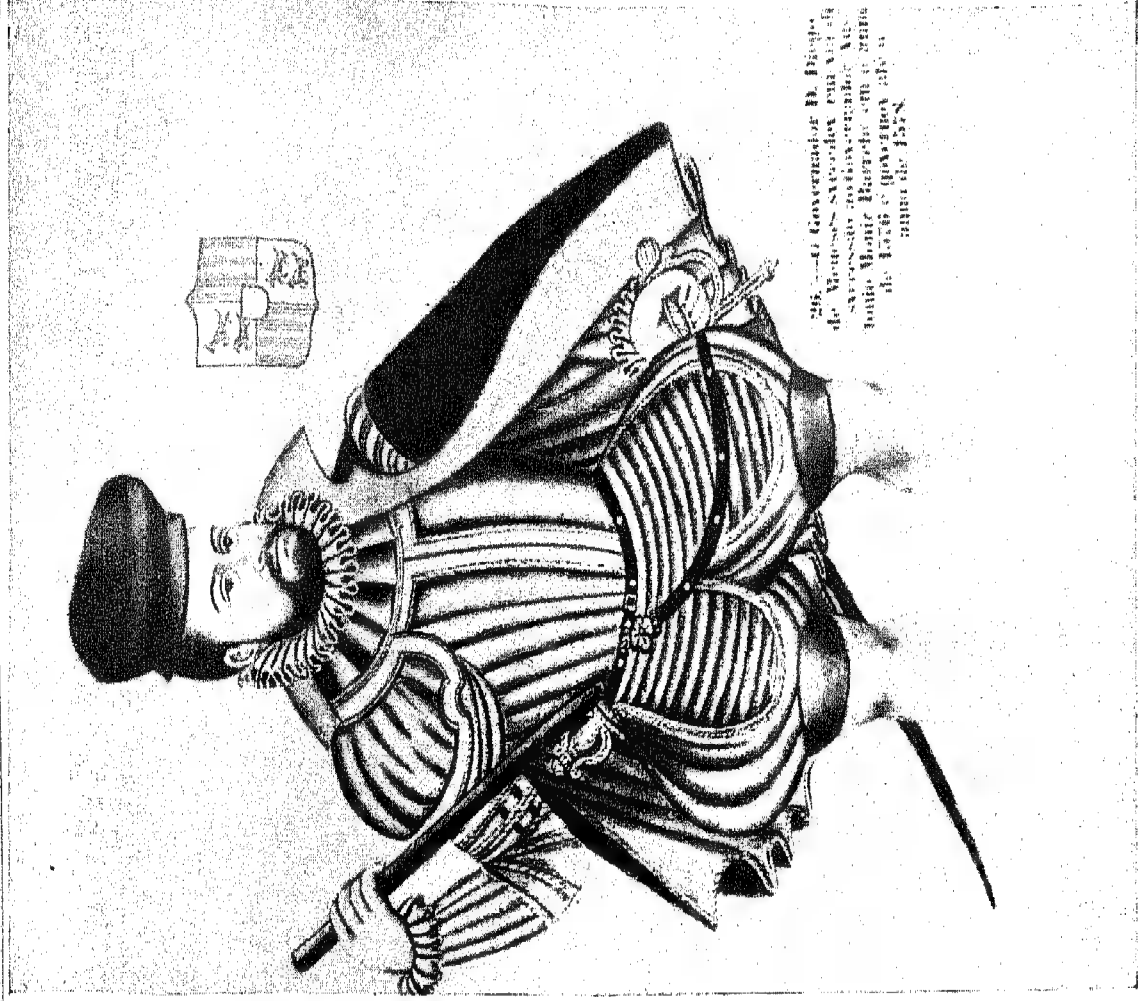
22

23.—O V. Rey D. Lvíz de Atayde svcedev ao V. Rey D. Antão de Noronha em o anno de 1568 e governov até o anno de 1571.

23

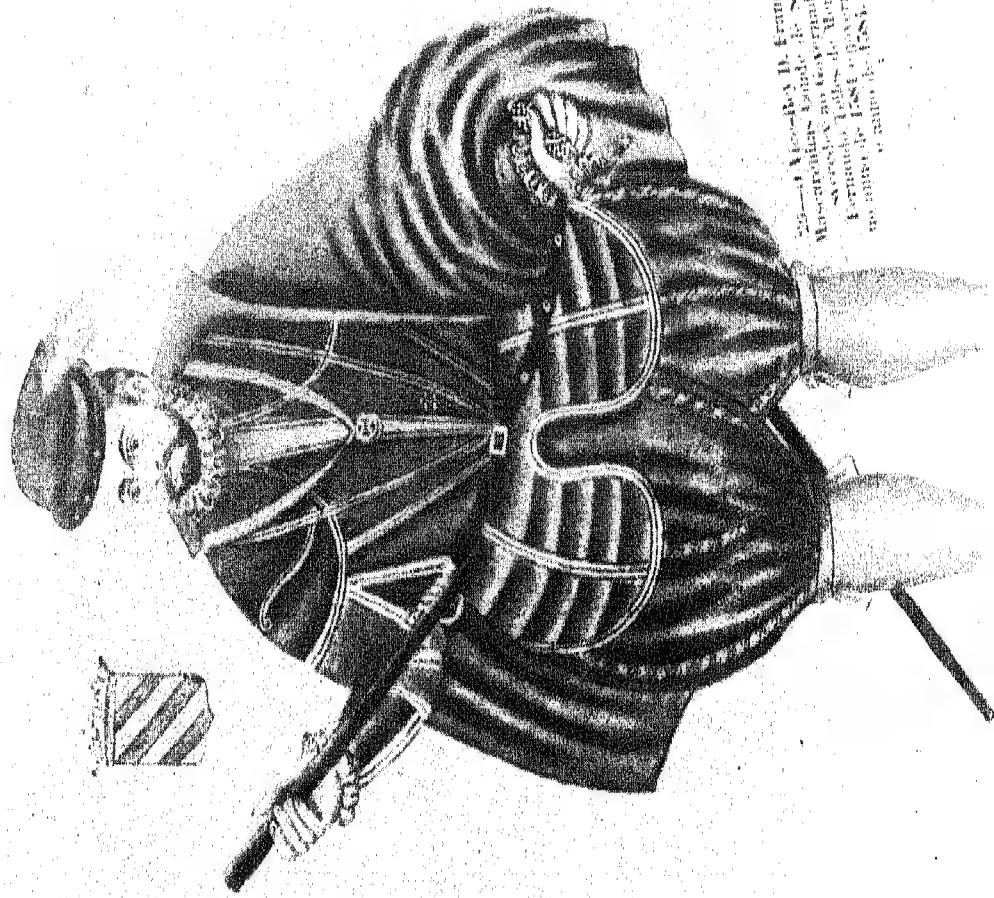
24.—O Vice-Rey D. Antonio de Noronha svcedev ao Vice-Rey D. Lvíz de Atayde em o anno 1571 e governov até o anno de 1573

24

25.—O Governador Antonio Moniz Barreto svcedev em vias ao Vice-Rey D. Antonio de Noronha no anno de 1573 e governov até o anno de 1576.

25

26.—O Governador D. Diego de Meneses svcedev em via de svcessão ao Governador Antonio Moniz Barreto em o anno de 1576 e governov até o anno de 1578.

26

28. —O Governador Fernando Telles de Menezes svccedev em vias ao Vice-Rey D. Luiz de Atayde Conde de Atouguia no anno de 1581 e governov somente 6 mezes.

28

29.—O Vice-Rey D. Francisco Mascarenhas Conde de S. Cruz svccedev ao Governador Fernando Telles de Menezes no anno de 1581 e governov até o anno de 1584.

29

30.—O Vice-Rey Dvarte de Menezes svccedev ao Vice-Rey D. Francisco de Menezes Conde de S. Cruz no anno de 1584. Governov até o anno de 1588 em que falecev em Goa.

30

31. —O Governador Manoel de Sovza Covtinho svccedev em via de svccessão ao Vice-Rey D. Dvarte de Menezes em 5 de maio de 1588 e governov até o anno de 1591.

31

• BANDARRA •

SEMANÁRIO DA VIDA PORTUGUESA

ARTE
CRÍTICA
LITERATURA
CINEMA
HISTÓRIA
TEATRO

SAI — LÊ-SE

TODOS OS SABADOS / TODOS OS DIAS

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO (PROVISÓRIAS)
RUA DO SALITRE // 151 // 153 // LISBOA

LEIAM

TODOS OS SABADOS

«A VERDADE»

SEMANÁRIO REPUBLICANO INDEPENDENTE
DIRECTOR: COSTA BROCHADO

O

GRANDE BATALHADOR DO ESTADO NOVO

O

JORNAL DE MAIOR EXPANSÃO EM TODO O PAÍS

RED. E ADMINISTRAÇÃO / P. LUÍS DE CAMÕES, 22, 2.º, DT. / LISBOA

GRANDE CONCURSO DE BÉBÉS NESTLÉ

JULHO / DEZEMBRO 1935

300

PRÉMIOS NO VALOR DE ESC. 15.000$00

1.º Prémio. . . . Esc. 5.000$00
2.º Prémio. . . . Esc. 1.500$00
3.º Prémio. . . . Esc. 500$00
4.º Prémio. . . . Esc. 300$00
5.º Prémio. . . . Esc. 200$00

5 PRÉMIOS ESC. 7.500$00
EM DINHEIRO

300

PRÉMIOS NO VALOR DE ESC. 15.000$00

5 Prémios a Esc. 250$ - 1.250$00
5 Prémios a Esc. 200$ - 1.000$00
5 Prémios a Esc. 150$ - 750$00
10 Prémios a Esc. 100$ - 1.000$00
70 Prémios a Esc. 50$ - 3.500$00

95 PRÉMIOS ESC. 7.500$00
EM CHOCOLATES

200 DIPLOMAS D'HONRA

Condições do Concurso

Podem entrar no Grande Concurso de Bébés Nestlé tôdas as crianças que:

1. em 31 de Dezembro de 1935 tiverem completado a idade mínima de seis meses ou máxima de cinco anos.

2. que tenham sido ou estejam sendo alimentadas com Farinha lactea Nestlé, leite em pó «Nestogéno» ou leite condensado «Moça».

3. cujos pais enviem à **Sociedade de Produtos Lacteos**, Rua Ivens, 11-13—Lisboa, até 15 de Dezembro de 1935 uma fotografia dos bébés nas condições acima, acompanhada de cinco rótulos exteriores de um dos produtos Nestlé acima mencionados e bem assim do questionário devidamente preenchido.

Qual será o mais lindo Bébé Nestlé

As fotografias e os questionários que nos forem enviados serão classificados por um juri neutro, composto de um médico, um fotógrafo e um jornalista.

Na classificação respectiva o juri terá em consideração especial o grau de robustez, perfeição e de beleza das crianças.

A **Sociedade de Produtos Lacteos** reserva-se o direito de publicar os nomes e as fotografias das crianças premiadas e de regeitar tôdas aquelas que não estiverem nas condições estipuladas.

Os prémios serão entregues de 15 a 31 de Janeiro de 1936.

QUESTIONÁRIO

(a preencher, assinar e enviar juntamente com 5 rótulos de produtos Nestlé e a fotografia do bébé à **Sociedade de Produtos Lacteos, Rua Ivens, 11-13 — Lisboa**)

Nome da criança ....

Idade .... Nome dos pais ....

Morada exacta ....

O signatário dêste questionário declara que a criança acima foi alimentada com produtos Nestlé e que tirou optimos resultados.

Autorisa a publicação, pela **Sociedade de Produtos Lacteos**, da fotografia junta.

(assinatura) ....

IMPORTANTE — Tôdas as fotografias devem ser assinadas nas costas pelo signatário do questionário.

"LES GUIDES BLEUS" PORTUGAL · MADEIRA · AÇORES

«Les Guides Bleus», que sob a inteligente direcção do distinto escritor Sr. Marcel Monmarché, se publica em Paris, acaba de incluir na sua esplêndida e útil colecção um volume dedicado a Portugal, Madeira e Açores, que é uma ampliação do volume posto a circular pela primeira vez em 1931.

Num correcto prefácio redigido pelo Sr. Marcel Monmarché, êste ilustre escritor presta homenagem a Portugal, afirmando que o nosso país merece ser visitado pela beleza das suas montanhas e das suas planícies, pelo encanto do seu clima, pela riqueza dos seus monumentos, pelo seu passado e história que, na época das grandes navegações, o colocaram à cabeça do progresso : : científico e da expansão europeia. : :

O Sr. Monmarché endereça um sugestivo convite aos franceses para que visitem o nosso país, onde êles encontrarão simpatias, afinidades históricas e de raça e o seu idioma cultivado e generalizado : : : : com esmero. : : : :

A descrição de Portugal foi feita pelo Sr. Raúl Proença, cuidadosamente actualizada agora pelo jornalista Sr. Guerra Maio, secretário da Câmara : : de Comércio Portuguesa em Paris. : :

A resenha económica e geográfica sôbre Portugal é escrita pelo Sr. Raúl Proença, com a colaboração do professor Sr. Schweitzer, da Universidade de Paris. : : : :

Sôbre a arte em Portugal escreveu o Sr. Emile Bertaux, ilustre professor na Sorbonne. O capítulo dedicado à Madeira está a cargo do Sr. Marchesné, notável bibliotecário da Biblioteca Nacional de Paris. : : : :

A descrição dos Açores é feita pelo distinto escritor Sr. Luís da Câmara Reis. : :

Não se esqueceu o «Guide Bleu» do nosso Império Colonial, de que fez uma sumária mas sugestiva descrição. : : : :

O volume, que é primorosamente apresentado pela Livraria Hachette, de Paris, contêm descrições, mapas, informações, gravuras e todos os esclarecimentos indispensáveis a quem deseje : : : conhecer o nosso país. : : :

Don't forget...

— That PORT WINE is produced *only* within a legally restricted area in the Valley of the River Douro, in Portugal. :: :: :: :: :: :: :: :: ::

— That PORT WINE is, in its Origin, shipped ONLY from OPORTO :: :: :: :: :: :: :: :: ::

— That PORT WINE is always shipped accompanied by a *CERTIFICAT OF ORIGIN.*

— That these *Certificates of Origin* may *only* be issued by the INSTITUTO DO VINHO DO PORTO, an Oficial institution created by the Portuguese Gouvernment to insure the purity and genuineness of PORT WINE. :: :: :: :: :: :: :: :: ::

Não se deve esquecer...

— Que *só* é VINHO DO PORTO o vinho produzido na Região delimitada do Douro, em Portugal.

— Que todo o VINHO DO PORTO autêntico tem, na sua origem, de ser exportado do PORTO.

— Que todo o VINHO DO PORTO exportado tem de ser acompanhado dum *Certificado de Origem.*

— Que *sòmente* o INSTITUTO DO VINHO DO PORTO, organismo oficial criado pelo Govêrno Português para garantir a pureza e genuïnidade do VINHO DO PORTO, tem o direito de passar CERTIFICADOS DE ORIGEM.

N'oubliez pas...

— Que le VIN DE PORTO n'est produit *que* dans la Région délimitée du Douro, au Portugal.

— Que le VIN DE PORTO authentique ne peut être exporté originalement, que de la ville de *PORTO.*

— Que tout le VIN DE PORTO exporté doit être accompangné d'un CERTIFICAT D'ORIGINE.

— Que ces CERTIFIFICATS D'ORIGINE ne peuvent être livrés que par l'INSTITUTO DO VINHO DO PORTO, l'Organisme Officiel créé par le Gouvernement Portugais pour assurer la pureté et la genuinité du VIN DE PORTO.

VETOZELO - DOURO

Todo o bom português

DEVE
ASSINAR

PORTUGAL COLONIAL

REVISTA MENSAL DE PROPAGANDA E EXPANSÃO DO IMPÉRIO PORTUGUÊS

DIRECTOR: HENRIQUE GALVÃO

ESCREVA
JÁ

Para Rua da Conceição, 35, 1.º
Telefone 24253 // Lisboa

INFORMADOR

COMERCIAL E INDUSTRIAL

Com as suas páginas de informação permanente, inicia «O Mundo Português» uma nova modalidade na sua publicidade, em que proporciona aos seus leitores, numa rápida consulta o conhecimento das casas que lhes interessam para as transacções da vida cotidiana.

Aos anunciantes em geral, numa época em que a publicidade é o nervo dos negócios, escusado é encarecer a vantagem desta página, sempre lida e consultada com interêsse pelos milhares de leitores que «O Mundo Português» já hoje conta como revista de propaganda de grande E X P A N S Ã O

Banco de Angola — R. da Prata, N.º 10-22. Banco Emissor de Angola. Todas as transacções bancárias

Papéis Os melhores do mercado são os da Companhia do Papel do Prado!... Fábricas no Prado, Louzan, Albergaria-a-Velha. Escritórios: Rua dos Fanqueiros, 270-278 / Lisboa

Companhia Colonial de Navegação — Carreiras rápidas para o Norte da Europa e Colónias Portuguesas. Rua Instituto Virgílio Machado, 14 / Lisboa

Companhia Nacional de Navegação — Carreiras rápidas para as colónias da África Oriental e Ocidental Portuguesa. R. do Comércio, 85 / Telef. 23021 / Lisboa.

Chapéus de feltro merino e lã grossa. — Fabrico especial de «A Social» de Francisco Leite Soares de Rezende / Arrifana. Vale do Vouga / Telefone 55

Chapéus e feltros para senhoras e homens. Nunes da Cunha & C.ª, Limitada. Rua Oliveira Júnior / S. João da Madeira. Endereço Telegr.: «Condestável» / Telefone: 42

Comércio Geral — A. Henriques & C.ª, Limitada. Rua Oliveira Júnior / S. João da Madeira. Endereço Telegráfico: «Fabtriunfo» / Telefone 25

Côlchas e atoalhados da Fábr. de Tecidos de S. Miguel, são os que mais garantias oferecem. Pedidos a Aristeu, Lopes & Oliveira, Lda. / Guimarães / Telefone 25

Ourivesaria Aliança / Celestino da Motta Mesquita. Oficina de Ourivesaria, Joalharia, Pratarias cinzeladas, etc. / R. das Flores, 191 a 211 / Tel. 1541 / Teleg. «Jóias» / Pôrto

Telha e Tijolos de todas as qualidades. Vendem: Companhia Cerâmica das Devezas / Telefone 252. VILA NOVA DE GAIA